

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO ALTO SÃO FRANCISCO

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GRACIELE APARECIDA CARDOSO

**CONTABILIDADE PÚBLICA: um estudo comparativo da situação econômica -
financeira e orçamentária realizada em três municípios do Centro-Oeste de Minas
Gerais**

LUZ - MG

2019

GRACIELE APARECIDA CARDOSO

**CONTABILIDADE PÚBLICA: um estudo comparativo da situação econômica -
financeira e orçamentária realizada em três municípios do Centro - Oeste de Minas
Gerais**

**Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras do Alto São Francisco, como
quesito parcial para obtenção do título de bacharel,
em Contabilidade, curso de Ciências Contábeis.**

Área de concentração: Contabilidade Pública

Prof. Orientador: Nathan Carvalho Alves

LUZ – MG

2019

Catálogo: Antônio Jorge Resende Júnior / Biblio. Crb 6/2041

Cardoso, Graciele Aparecida.

C262c Contabilidade Pública: um estudo comparativo da situação econômica-financeira e orçamentária realizada em três municípios do Centro-Oeste de Minas Gerais. Graciele Aparecida Cardoso. Luz – MG: FASF -- 2019.
97 f.

Orientador: Prof^o. Esp. Nathan Alves Carvalho
Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Alto São Francisco no Curso de Contabilidade.

1. Contabilidade pública. 2. Análises de balanços. 3. Balanço orçamentário e financeiro. I. Título.

CDD 657

GRACIELE APARECIDA CARDOSO

**CONTABILIDADE PÚBLICA: um estudo comparativo da situação econômica -
financeira e orçamentária realizada em três municípios do Centro-Oeste de Minas
Gerais**

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras do Alto São Francisco, como
quesito parcial para obtenção do título de bacharel,
em Contabilidade, curso de Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Pública

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Prof. Esp. Nathan Carvalho Alves

Prof^a. Esp. Denise Vasconcelos Macedo Chaves

Prof. Esp. Roberto Magner de Carvalho

Luz, 12 de novembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado coragem e perseverança e por não ter permitido que eu desistisse nos momentos em que pensei não ser mais possível seguir adiante. Agradeço também aos meus familiares que sempre me incentivaram a buscar novos conhecimentos. Agradeço ao meu professor e orientador Nathan Carvalho Alves e ao professor Eliezer Carneiro de Oliveira, que me orientou na primeira etapa deste trabalho. Às minhas grandes amigas Carla, Thalita, Patrícia, Keila e Thaís que estiveram do meu lado, aconselhando-me a buscar sempre o melhor. Agradeço imensamente ao meu namorado por ter sido paciente e por ter me motivado a cada dia. Enfim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, apoiaram-me e contribuíram para a realização deste trabalho, ajudando-me a chegar até aqui.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

Marthin Luther King

RESUMO

O presente estudo fala sobre os demonstrativos contábeis aplicados ao setor público com ênfase nos balanços orçamentário e financeiro, os quais também fornecem ao contador informações precisas para que o gestor possa tomar decisões para o bem-estar da sociedade. Este trabalho demonstra as análises individuais em busca da verificação da evolução de cada uma das prefeituras e tem como objetivo principal, realizar as análises dos índices orçamentários e financeiros dos três municípios do Centro-Oeste de Minas Gerais, nos períodos de 2016 a 2018, a fim de efetuar a comparação de melhor aplicação dos recursos arrecadados, identificando, também, como as análises desses demonstrativos podem contribuir para a avaliação econômica e financeira dos mesmos. Para a concretização deste trabalho, foi realizado o levantamento bibliográfico sobre o tema abordado e a coleta documental dos demonstrativos através dos sites ADPM net e do Fiscalizando com TCE, para o cálculo dos quocientes orçamentários e financeiros, sendo estes analisados em três períodos distintos. Diante das análises de tais demonstrativos orçamentário foram utilizados os quocientes da execução da receita, execução da despesa, do equilíbrio orçamentário e do resultado orçamentário para o balanço orçamentário e os quocientes da execução orçamentária, financeiro real da execução orçamentária, execução extraorçamentária e o quociente do resultado da execução financeira para o balanço financeiro, chegando a conclusões precisas de qual ente apresentou melhor gestão dos recursos arrecadados nos períodos.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade Pública. Análises de balanços. Balanço Orçamentário e Financeiro.

ABSTRACT

The present study discusses the financial statements applied to the public sector with emphasis on the budget and financial statements, which also provide the accountant with accurate information so that the manager can make decisions for the welfare of society. This paper demonstrates the individual analyzes in search of verification of the evolution of each of the prefectures and its main objective is to carry out the analysis of the budget and financial indices of the three municipalities of the Midwest of Minas Gerais, from 2016 to 2018. In order to make a comparison of the best use of the collected funds, identifying also how the analysis of these statements can contribute to their economic and financial evaluation. For the realization of this work, a bibliographic survey on the topic was performed and the documentary collection of the statements through the ADPM net and the Supervising with TCE websites, for the calculation of the budget and financial quotients, which were analyzed in three different periods. Given the analysis of such budget statements, we used the quotients of revenue execution, expenditure execution, budget balance and budget result for the budget balance and the quotients of budget execution, actual financial of budget execution, extra-budgetary execution and the quotient of result of the financial execution for the balance sheet, reaching precise conclusions of which entity presented the best management of the funds collected in the periods.

KEYWORDS: Public Accounting. Balance sheet analysis. Budget and Financial Balance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo Orçamentário.....	22
Figura 2 – Esquema de pesquisa.....	54

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Pesquisa Bibliométrica referente à palavra-chave “Contabilidade Pública”, no período de 2016 a 2018.	16
TABELA 2 - Balanços orçamentários das Prefeituras A, B e C	55
TABELA 3 - Análise da Capitalização/Descapitalização do balanço orçamentário	57
TABELA 4 - Análise do resultado orçamentário.	59
TABELA 5 - Análise do resultado da execução da receita.	60
TABELA 6 - Análise do resultado da execução da despesa.....	60
TABELA 7 - Quocientes de análises do balanço orçamentário.....	61
TABELA 8 - Balanço financeiro das Prefeituras A, B e C	63
TABELA 9 - Quocientes de análise do balanço financeiro das Prefeituras	64
TABELA 10 - Análise comparativa do balanço orçamentário das Prefeituras A, B e C	66
TABELA 11 - Análise comparativa do balanço financeiro das Prefeituras A, B e C.	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Princípios Orçamentários.....	22
Quadro 2 - Estrutura do Balanço Orçamentário.....	36
Quadro 3 - Estrutura do Balanço Financeiro.....	40
Quadro 4 - Resultado Financeiro do Exercício.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BF	Balanço financeiro
BO	Balanço orçamentário
BP	Balanço patrimonial
CASP	Contabilidade aplicada ao setor público
CF	Constituição federal
CFC	Conselho federal de contabilidade
DCASP	Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público
DVP	Demonstrações das variações patrimoniais
DRE	Demonstração do resultado do exercício
LDO	Lei de diretrizes orçamentárias
LOA	Lei orçamentária anual
LRF	Lei de responsabilidade fiscal
MCASP	Manual de contabilidade aplicado ao setor público
NBCASP	Normas Brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público
NBC T	Normas Brasileiras de contabilidade técnica
ONGs	Organizações não governamentais
OS	Organizações sociais
OSCIPs	Organizações sociais de interesse público
QED	Quociente da execução da despesa
QEE	Quociente da execução extraorçamentária
QER	Quociente da execução orçamentária
QEO	Quociente do equilíbrio orçamentário
QFREO	Quociente financeiro real da execução orçamentária
QREF	Quociente do resultado da execução financeira
QRO	Quociente do resultado orçamentário
RFE	Resultado financeiro do exercício

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Justificativa	15
1.2 Problema e hipótese.....	17
1.3 Objetivos.....	18
1.3.1 Objetivo geral.....	18
1.3.2 Objetivos específicos.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 Contabilidade pública	19
2.2 Orçamento público	20
2.2.1 Plano plurianual (PPA)	23
2.2.2 Lei das diretrizes orçamentárias (LDO).....	24
2.2.3 Lei orçamentária anual (LOA).....	25
2.3 Lei de responsabilidade fiscal (LRF)	27
2.4 Receitas públicas.....	28
2.4.1 Classificação e estágios das receitas públicas.....	29
2.5 Despesas públicas.....	31
2.5.1 Classificação e estágios das despesas públicas	32
2.6 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP)	34
2.6.1 Balanço orçamentário	34
2.6.1.1 Análise do balanço orçamentário	37
2.6.2 Balanço financeiro	39
2.6.2.1 Análise do balanço financeiro.....	40
2.6.3 Balanço patrimonial	42
2.6.4 Demonstrações das variações patrimoniais (DVP).....	43
2.7 Segmento: Empresas públicas	Erro! Indicador não definido.
2.8 Síntese do referencial teórico	45
3 METODOLOGIA	47
3.1 Sob o ponto de vista da abordagem	47
3.2 Sob o ponto de vista dos objetivos.....	48
3.3 Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos	49
3.4 Unidades de análise	50

3.5 Instrumento de coleta de dados.....	51
3.6 Tratamento de dados.....	51
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	55
4.1 Análise do balanço orçamentário.....	55
4.2 Análise do balanço financeiro.....	63
4.3 Análise comparativa dos municípios	66
4.4 Síntese dos resultados e discussão	69
5 CONCLUSÃO.....	71
REFERÊNCIAS	73
ANEXOS	78

1 INTRODUÇÃO

As demonstrações contábeis têm o objetivo de fornecer aos usuários informações úteis e relevantes, auxiliando-os no processo de tomada de decisões. Para os entes públicos, a divulgação dessas informações é relevante, pois é um instrumento que os gestores públicos têm para prestação de contas, promovendo a transparência de sua administração.

Conforme previsto na Constituição Federal (1988), todo cidadão tem o direito de receber informações dos órgãos públicos a fim de fiscalizar a gestão do mesmo, uma vez que o governante foi escolhido pela população para representar a sociedade. Portanto, é direito de todos os cidadãos o acesso aos dados e informações administrativas e governamentais.

Desta forma, a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, veio regulamentar que todo órgão público tem por obrigação divulgar para a sociedade sua receita e despesa, demonstrando para a população a real situação econômica e financeira, seja da União, Estado ou município.

Os dados disponibilizados à sociedade necessitam estar claros e transparentes, apresentando relevância social e gerencial. Para que as contas públicas sejam divulgadas, a Lei nº 9.755/1998 dispõe sobre a criação de uma *homepage* para a divulgação dos dados e informações, ao qual todo cidadão poderá ter acesso.

Portanto, levando-se em consideração as leis supracitadas, as informações precisam ser fidedignas, pois é através destas que a administração toma as decisões e controla os atos, demonstrando os efeitos produzidos por estes no patrimônio da entidade. Nessa ótica, a contabilidade pública tem a função de verificar e comprovar a execução orçamentária dos entes públicos, demonstrando o quanto foi apurado em receitas e o quanto foi pago de despesas, observando se o orçamento da mesma está seguindo as regras do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

No entanto, a contabilidade é também um sistema com informações que identificam, mensuram, avaliam, controlam e evidenciam os atos e fatos do patrimônio público. Por isso, a função da contabilidade é orientar no processo de tomada de decisão, prestação de contas e a instrumentalização de controle social.

Além disso, a contabilidade pública permite o acompanhamento da execução orçamentária, da composição patrimonial, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros. Porém, não deve limitar-se à prestação de contas, também precisa contribuir para o processo decisório, apresentando dados e informações suficientes e transparentes para analisar a forma de atuação dos governantes.

Com a finalidade de se obter clareza, a contabilidade aplicada ao setor público utiliza-se dos demonstrativos contábeis, como o balanço orçamentário, balanço financeiro, demonstrações das variações patrimoniais (DVP) e o balanço patrimonial, atendendo aos dois tipos de usuários como os internos e externos.

A contabilidade pública necessita estar em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), já que esta atribui funções de controle orçamentário e financeiro, prevenindo desequilíbrios indesejáveis e representando o compromisso dos governantes para com a população. O sentido da LRF é a utilização de um processo de planejamento em que ocorra transparência na elaboração e divulgação do orçamento, induzindo o gestor público a executar apenas o que foi previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), respeitando seus limites.

Esta lei é o instrumento que impõe aos governantes serem transparentes no trato das informações públicas, pois é de responsabilidade do gestor aplicar os recursos arrecadados da população visando o bem estar social. De acordo com a Resolução CFC 1.128/2008, a função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

Em vista disso, este Trabalho de Conclusão de Curso aborda o tema “Contabilidade Pública”, com o objetivo de analisar os demonstrativos contábeis do setor público, evidenciando a situação orçamentária e financeira de três municípios, verificando a execução dos orçamentos e o cumprimento das deliberações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, realizando um estudo em três municípios do Centro-Oeste de Minas Gerais, os quais arrecadam individualmente cerca de R\$ 7.584 milhões por ano em receitas, no período de 2016 a 2018.

A abordagem teórico-conceitual será elaborada com base nos estudos de Quintana et al. (2015), que dispõe sobre contabilidade pública e seus demonstrativos contábeis; Kohama (2016), sobre orçamento público, receitas e despesas públicas e Andrade (2017), que aborda as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, Legislações: Lei Complementar 101/2000, que aborda a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), que aborda princípios fundamentais de contabilidade e normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

A abordagem teórico-metodológica será elaborada mediante abordagem qualitativa e quantitativa, sendo pesquisa exploratória, descritiva, explicativa e estudo de caso múltiplo.

1.1 Justificativa

As atividades a serem desenvolvidas no município, como a manutenção e execução de projetos e obras públicas, precisam ser elaboradas através do orçamento público pelo poder Executivo e enviado ao poder Legislativo para discussão e aprovação.

Em sentido amplo, o orçamento público estima a previsão das receitas e das despesas a serem realizadas no exercício seguinte. É também através do orçamento que os cidadãos identificam em que foi destinado o dinheiro arrecadado da sociedade em forma de impostos.

Portanto, este trabalho se justifica devido à sua importância para toda a sociedade, uma vez que qualquer cidadão é afetado quando há e quando não há o controle responsável dos recursos públicos, impossibilitando investimentos benéficos para o bem estar social, sendo importante o conhecimento das ferramentas de planejamento e controle das entidades públicas.

Para demonstrar a importância do tema sob o ponto de vista acadêmico, foi realizada uma pesquisa bibliométrica utilizando a palavra-chave “Contabilidade Pública” presente em estudos de Mestrado e Doutorado, desenvolvidos em cinco Instituições de Ensino Superior, no período de 2016 a 2018.

Os dados coletados são descritos na **Tabela 1**.

TABELA 1 - Pesquisa Bibliométrica referente à palavra-chave “Contabilidade Pública”, no período de 2016 a 2018.

INSTITUIÇÕES / ANO	2016		2017		2018		TOTAL		TOTAL GERAL
	M	D	M	D	M	D	M	D	
PUCSP	1	1	2	-	2	1	5	2	7
UNB	1	1	1	-	2	-	4	1	5
USP	2	1	3	2	1	-	6	3	9
UFRJ	4	1	2	1	3	1	9	3	12
UNESP	2	-	1	1	3	1	6	2	8
Total	10	4	9	4	11	3	30	11	41

Fonte: Periódicos CAPES, 2019.

M = Mestrado, D = Doutorado.

Conforme a **Tabela 1**, verifica-se que todas as instituições pesquisadas obtiveram trabalhos com o tema de Contabilidade Pública, totalizando, nos três anos, 30 pesquisas em Mestrados e 11 em Doutorado. Esta pesquisa demonstra que a contabilidade pública possui relevância sobre o curso de Ciências Contábeis, por isso indica ser importante para a

elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso.

Esse tema é também importante para a pesquisadora, uma vez que a mesma tem interesse em obter conhecimento aprofundado na área pública, visando os demonstrativos contábeis e as leis que regem este setor, pois trata-se de um assunto pertinente e relevante.

1.2 Problema e hipótese

Todos os entes públicos precisam elaborar o orçamento público, provisionando as receitas que deverão ser arrecadas e fixando as despesas para a prestação de serviços, visando ao bem estar social. Para este planejamento, os entes governamentais contam com leis que auxiliam no processo de elaboração, sendo elas, Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme o previsto na Constituição Federal de 1988 e regulamentado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por conseguinte, é na fase de elaboração que serão constituídas as metas e limites de utilização das receitas com as despesas fixas, mantendo a transparência e o equilíbrio das contas públicas.

Porém, o gestor público não está incumbido de apenas elaborar os demonstrativos, mas também de levar ao conhecimento da sociedade, de forma compreensível, todos os atos praticados pela administração pública, tornando acessíveis às informações de destino que é dado aos recursos públicos.

Diante disso, a pesquisadora visualizou, através do tema deste Trabalho de Conclusão de Curso, a oportunidade de mostrar aos usuários como as análises dos balanços orçamentário e financeiro podem servir na evidenciação de como estão sendo gastos os recursos captados.

Por isso, a questão problema dessa pesquisa é: Como a análise das demonstrações orçamentária e financeira podem contribuir para avaliação econômica e financeira de três municípios da região Centro-Oeste do estado de Minas Gerais?

Segundo Kohama (2016), os entes públicos tiveram que adotar o Sistema de Planejamento Integrado, utilizando técnicas de planejamento e planos de ações, com o objetivo de fazer escolhas prioritárias e o melhor emprego dos meios disponíveis, atendendo os seguintes instrumentos da Lei de Responsabilidade Fiscal como o Plano Plurianual, a Lei das Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Dessa forma, uma possível resposta para a questão problema é que através das análises dos demonstrativos orçamentário e financeiro, os gestores públicos encontram informações úteis para a tomada de decisões e a execução de ações planejadas, cumprindo o pressuposto

na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em vista disso, a pesquisadora realizou o levantamento dos demonstrativos orçamentários e financeiros utilizados pelos entes públicos em estudo para elaboração das análises, em busca de uma resposta coerente e precisa para a questão problema deste trabalho.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Realizar as análises dos índices orçamentários e financeiros em três municípios da região Centro-Oeste de Minas Gerais com portes parecidos de arrecadação nos períodos de 2016 a 2018, a fim de efetuar a comparação de melhor aplicação dos recursos arrecadados.

1.3.2 Objetivos específicos

- Coletar os demonstrativos dos balanços orçamentário e financeiro dos três municípios;
- Verificar se os municípios estão cumprindo as deliberações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal no quesito das receitas e das despesas;
- Identificar qual dos três municípios apresentou melhor resultado na aplicação dos recursos arrecadados.

Assim, a construção deste estudo pautou-se na divisão de sete partes que permitem discorrer sobre os entes públicos municipais e alcançar os resultados esperados. A primeira parte é composta por Introdução, Justificativa, Questão Problema e Hipótese, Objetivo Geral e Objetivos específicos. A segunda parte irá tratar do Referencial Teórico que abordará os seguintes temas: Contabilidade Pública, Orçamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Já a terceira parte compreende a metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa. A quarta parte compreende os Resultados e Discussão do Trabalho de Conclusão de Curso que apresenta os resultados do estudo de forma detalhada. Na quinta parte, a Conclusão em que se apresenta uma síntese final do estudo e, finaliza-se com a lista de referências e anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando o que foi proposto nos objetivos desta pesquisa, nesta seção abordam-se assuntos sobre contabilidade pública, orçamento público, a Lei de Responsabilidade Fiscal e as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

2.1 Contabilidade pública

Segundo Lima e Castro (2013, p. 1),

A contabilidade pública é o conhecimento especializado da ciência contábil que aplica no processo gerador de informações os conceitos, princípios e normas contábeis na gestão de uma entidade governamental, de sorte a oferecer à sociedade informações amplas e acessíveis sobre a gestão da coisa pública.

A contabilidade pública pode ser definida como “o ramo da contabilidade que coleta, registra e controla os atos e fatos da Fazenda Pública, mostra o Patrimônio e suas variações, como acompanha e demonstra a execução do orçamento”. (SILVA, 2015, p. 2)

A contabilidade pública de acordo com Haddad e Mota (2010, p. 63),

é o ramo da ciência contábil que aplica na Administração Pública as técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, apurando resultados e elaborando relatórios periódicos, levando em conta as normas de Direito Financeiro (Lei n. 4.20/64), os princípios gerais de finanças públicas e os princípios de contabilidade.

Conforme Andrade (2017), a contabilidade pública representa uma ramificação da ciência contábil que tem como objetivo registrar e controlar os atos e fatos administrativos através das demonstrações aplicadas ao setor público. Seu objeto é o patrimônio público, o qual deverá fornecer aos usuários informações de natureza física, financeira e econômica, levando em consideração as mutações na gestão.

Ainda segundo Haddad e Mota (2010), contabilidade pública tem como objeto patrimônio público formado por bens, direitos e obrigações.

Ávila, Bächtold e Vieira (2011) descrevem a contabilidade pública como uma ciência desenvolvida para controle e interpretação dos fatos ocorridos, oferecendo informações do patrimônio, suas variações e os resultados econômicos da gestão pública.

Segundo Lima (2018), a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) representa a área da contabilidade que visa evidenciar as variações e os resultados apresentados nos entes públicos. Em 2008, iniciou-se a convergência da CASP ao padrão internacional de

contabilidade, tendo como base as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, com o intuito de ampliar a qualidade dos relatórios contábeis do setor público e promover transparência por parte dos gestores públicos.

Niyama e Silva (2013) tem a contabilidade pública como a principal responsável pelas transações de um país e diz ser diferente de outras áreas. Tais diferenças vêm desde o tipo demonstrações utilizadas por este setor no processo contábil até as características do governo que são as de prestação de serviços, processos administrativos entre outros.

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T 16) define contabilidade pública como: “o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público” (CFC, NBC T 16.1, 2012).

De acordo com Kohama (2016), a contabilidade pública necessita de um planejamento para execução de projetos ou manutenção de atividades. Portanto, na próxima seção será o conceito e características do orçamento público, que se constitui em um instrumento de controle à disposição do Poder Público.

2.2 Orçamento público

Conforme Piscitelli e Timbó (2014, p. 32) o orçamento público,

“É o instrumento de que dispõe o Poder Público (em qualquer de suas esferas) para expressar, em determinado período, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados”.

Para Araújo e Arruda (2009, p. 57) “O orçamento público é a lei de iniciativa do Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro que, nos termos do art. 34 da Lei nº 4.320/1964, coincidirá com o ano civil”.

Na visão de Carvalho (2010), o orçamento público caracteriza-se como o principal instrumento utilizado para o planejamento e execução das finanças do setor público, pois este é o instrumento de previsão das receitas e fixação das despesas para um determinado período.

De acordo com Fabretti e Fabretti (2009), o orçamento público é importante para os municípios, estado e União, pois trata-se de um documento que demonstra de forma eficaz a

alocação dos recursos captados da população, ou seja, demonstra em que está sendo gasto o dinheiro público e se está dentro dos limites das leis.

De acordo com Martins e Nascimento (2014), o orçamento público caracteriza-se como uma publicação periódica de dados sobre as receitas e despesas do ente público, possibilitando que o cidadão possa exercer seus direitos na fiscalização da atuação do governante.

O orçamento público, para Araújo e Arruda (2009), representa o principal instrumento de planejamento do setor público, possibilitando o acompanhamento, controle e avaliação da administração, utilizado para traçar metas e atividades a serem desenvolvidas em um determinado período e tem como função prever as receitas e fixar as despesas, sendo elaborado pelo Poder Executivo e aprovado pelo Legislativo, para que possa entrar em vigor no exercício seguinte.

Segundo Araújo e Arruda (2009), o orçamento público apresenta os seguintes aspectos:

- **Financeiro:** representa um plano de custeios, elaborado pelo Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo para o exercício seguinte;
- **Econômico:** entende-se o orçamento como um quadro da economia pública, ou seja, o reflexo da vida financeira do ente público.
- **Jurídico:** o orçamento público demonstra a receita e a despesa fixada para o exercício seguinte, e estabelece a responsabilidade, compromisso e obrigações para o setor público.

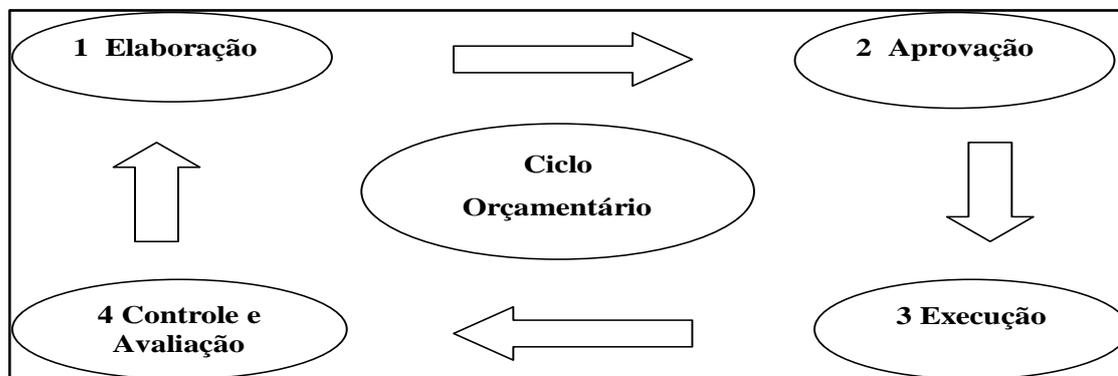
Ainda de acordo com Araújo e Arruda (2009), o orçamento pode ser classificado em tradicional ou em orçamento – programa. O orçamento tradicional trata do processo de elaboração do orçamento, no qual é determinado o objeto de gasto, ou seja, trata-se do detalhamento das receitas e das despesas que constituirá em apenas um documento. Já o orçamento – programa representa uma estimativa que deriva da elaboração do plano. Sua principal característica parte da previsão de recursos para definir as atividades e os projetos que serão executados, diferenciando-o do orçamento tradicional, em que a previsão dos recursos constitui a etapa final do processo de planejamento.

De acordo com Kohama (2016), o ciclo orçamentário deve ser elaborado conforme as necessidades da população. Embora este documento seja anual, não poderá ser executado isoladamente, pois sofre influências do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ainda de acordo com o autor citado acima, este ciclo orçamentário deve seguir as

seguintes etapas como descritas na **Figura 1**.

Figura 1 - Ciclo Orçamentário.



Fonte: Adaptado de Kohama, 2016.

Para Piscitelli e Timbó (2014), o poder público utiliza o orçamento público para discriminar a origem e o montante dos recursos arrecadados e os dispêndios efetuados. Portanto a Execução Orçamentária deverá ser elaborada a cada ano, seguindo as etapas do Plano Plurianual a se realizar no exercício seguinte e com base nos princípios orçamentários.

Conforme Quintana et al. (2015), os princípios orçamentários caracterizam normas desenvolvidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que conduzem o ente público na elaboração do orçamento baseando-se no MCASP (2014) e atendendo às exigências da contabilidade deste mesmo setor. Os princípios orçamentários encontram-se evidenciados no **Quadro 1**.

Quadro 1 - Princípios Orçamentários.

(**Continua**)

PRINCÍPIOS	DESCRIÇÃO
Unidade	Determina que deva ser elaborado apenas um orçamento por ente federativo a cada exercício.
Universalidade	Todas as receitas e despesas devem constar no orçamento de forma transparente.
Anualidade	O orçamento deve ser elaborado e aprovado para cada ano exercício.
Exclusividade	Deverão conter no orçamento apenas a previsão das receitas e a fixação das despesas do período.
Orçamento Bruto	Que conste o valor bruto das receitas e despesas sem quaisquer deduções.

Fonte: Adaptado de Piscitelli e Timbó (2014, p. 30).

Quadro 1 - Princípios Orçamentários.**(Continuação)**

Equilíbrio	Determina a igualdade entre a receita prevista e a despesa fixada, não podendo o montante da última, ultrapassar o da primeira.
Clareza	Determina que os dados e informações devam ser evidenciados priorizando os interesses dos usuários por se tratar de finanças públicas.
Publicidade	Todos os atos praticados no processo orçamentário devem ser do conhecimento da sociedade, portanto é obrigatório serem publicados.
Discriminação/ Especificação	As dotações genéricas como outros e diversos não poderão conter no orçamento, sendo assim obrigatório especificar todas as despesas.
Não afetação ou não vinculação	As receitas de impostos não podem ser usadas para outros fins que não sejam saúde, educação e atividade da administração tributária.

Fonte: Adaptado de Piscitelli e Timbó (2014, p. 30).

De acordo com Kohama (2016), a execução orçamentária adotou um sistema de planejamento, que tem por objetivo estabelecer as ações a serem realizadas pelo poder público. Esse sistema consubstancia-se às leis do poder executivo, como diz na Constituição Federal de 1988 como: o Plano Plurianual, as Leis de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Nesta seção abordou-se o orçamento público, um instrumento de lei elaborado para demonstrar as receitas que serão arrecadadas e as despesas fixadas para um determinado período. A seguir, será evidenciado o Plano Plurianual, que representa um instrumento de planejamento dos órgãos públicos.

2.2.1 Plano plurianual (PPA)

O Plano Plurianual (PPA) “é um plano de médio prazo, através do qual procura-se ordenar ações do governo que levem ao atingimento os objetivos e metas fixados para um período de quatro anos” (KOHAMA, 2016, p. 41).

“O PPA é uma Lei que abrange os respectivos Poderes na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios; é elaborada no primeiro ano do mandato do Executivo e terá vigência de quatro anos”. (SLOMSKI, 2013, p. 13).

De acordo com Quintana et al. (2015), o PPA estabelece as regras que a administração pública deve cumprir para alcançarem suas metas. Ele consiste em decidir quais são os investimentos mais relevantes de um projeto. Portanto, o PPA representa o planejamento

estratégico da entidade tendo a finalidade de organizar as ações do governo para conseguir alcançar as metas fixadas para um período de quatro anos.

De acordo com Andrade (2017, p. 21), o PPA é definido como:

Um programa de trabalho elaborado pelo Executivo para ser executado no período correspondente a um mandato político, a ser contado a partir do exercício financeiro seguinte ao de sua posse, atingindo o primeiro exercício financeiro do próximo mandato.

De acordo com Silva (2015), o PPA representa um plano por meio do qual procura-se nortear as ações do governo para o alcance dos objetivos e metas fixados, constituindo-se em um planejamento estratégico para os entes públicos.

Nesta seção abordou-se o Plano Plurianual (PPA), um instrumento de lei elaborado pelo poder Executivo e enviado ao poder Legislativo até o dia 31 de agosto. No tópico abaixo será abordada a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), o projeto de lei que define as metas e prioridades do governo para o exercício seguinte.

2.2.2 Lei das diretrizes orçamentárias (LDO)

Para Kohama (2016), a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve auxiliar na elaboração do orçamento anual de acordo com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública que foi estabelecido no PPA.

Ainda segundo Kohama (2016), esta Lei deverá atender o disposto no parágrafo 2º do art. 165 da Constituição Federal que estabelece equilíbrio entre as receitas e despesas, critérios e formas de limitação dos empenhos, normas de controle de custo e a avaliação de programas financiados e das demais condições e exigências para a transferência de recursos das entidades.

Ainda de acordo com o autor, a LDO precisa servir como suporte para a elaboração dos orçamentos anuais compreendendo o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social adequando-os às diretrizes, objetivos e metas que foram estabelecidos no Plano Plurianual.

O primeiro documento gerado “em consequência do PPA é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que serve como balizador da elaboração do orçamento anual” (QUINTANA et al., 2015, p. 14).

Ainda de acordo com os autores, a LDO atenderá às metas e às prioridades do setor público e o orientará na elaboração da Lei Orçamentária Anual, estabelecendo política de

aplicação sempre de acordo com o PPA.

“A lei de Diretrizes Orçamentárias obedece à anualidade, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual (§ 2º do art. 165), e deve ser compatível com o Plano Plurianual. Não obstante, sua vigência e efeitos transcendem o ano a que se refere” (PISCITELLI; TIMBÓ, 2014, p. 43).

Conforme Dalcomune (2015), a LDO apresenta o Anexo de Riscos Fiscais, no qual serão demonstrados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, evidenciando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Arruda, Barreto e Araújo (2009) compreendem que a LDO deverá ser elaborada anualmente e enviada ao Legislativo para aprovação até o dia 15 de abril para devida análise e aprovação, sendo devolvida até o encerramento do primeiro período.

Neste tópico foi abordada a LDO, uma lei que auxilia e dá suporte aos gestores na elaboração do orçamento anual. Além do Plano Plurianual e das Leis das Diretrizes Orçamentárias, os entes públicos contam com a Lei Orçamentária Anual como instrumento de gerenciamento das receitas e despesas públicas. Tal assunto será abordado no tópico a seguir.

2.2.3 Lei orçamentária anual (LOA)

Segundo Quintana et al. (2015), a Lei Orçamentária Anual (LOA) representa um instrumento a ser elaborado pelo gestor do ente governamental que vem para permitir o alcance das metas e objetivos propostos pelo PPA e fixados pela LDO, tornando-se o mais importante instrumento de gerenciamento financeiro da administração pública.

Conforme Silva (2015), a LOA estima as receitas e autoriza as despesas, de acordo com a previsão de arrecadação. Por meio do orçamento anual, são programadas as ações a serem executadas, visando ao alcance das propostas apresentadas no Plano Plurianual.

Na visão de Martins e Nascimento (2014), a LOA possui a finalidade de gerenciar o equilíbrio entre as receitas e despesas públicas. O orçamento anual é subordinado ao PPA, portanto, nenhum investimento cuja execução ultrapasse o exercício financeiro pode ser iniciado sem a prévia inclusão no Plano Plurianual.

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, no art. 5º, a LOA deverá ser elaborada conforme as metas e objetivos previstos no PPA, a fixação na LDO e as normas desta lei. Portanto, a LOA deverá conter:

I - demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os

objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;
II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;
III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, será estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:
a) (VETADO)
b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos (BRASIL, Lei Complementar nº 101/2000).

Segundo Slomski (2013), a LOA estabelece políticas públicas para o exercício financeiro, com base no PPA e sua elaboração baseada na LDO, com o objetivo de informar às receitas que serão arrecadas e fixar as despesas para um determinado período.

Para Andrade (2017, p. 46), A LOA é uma lei que “contém a discriminação da receita e da despesa pública, de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.”

Conforme Kohama (2016), a Lei Orçamentária Anual vem concretizar as situações planejadas no Plano Plurianual, ou seja, vem para transformar as metas e objetivos previstos no PPA em realidade, obedecendo também a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A LOA compreenderá:

- O orçamento fiscal referente aos poderes Executivos, Legislativo e Judiciário;
- O orçamento de investimento que detenha do capital social com direito a voto;
- O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Segundo Lima (2018), caso haja necessidade de autorização legislativa de despesas não computadas ou com saldo insuficiente de dotação na LOA, tem-se a possibilidade de abertura de créditos adicionais, podendo ser suplementares, especiais e extraordinários.

Os créditos extraordinários, de acordo com Lima (2018), destinam-se às despesas urgentes e imprevistas e não podem ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se ocorrer nos últimos quatro meses do exercício; nesse caso, serão incorporados ao orçamento do ano subsequente, mediante reabertura nos limites dos seus saldos.

Conforme Silva (2015), a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis, sendo consideradas fontes de recursos o superávit financeiro apurado no exercício anterior, excesso de arrecadação no período,

anulação parcial ou total de dotações e operações de crédito no exercício financeiro.

O próximo tópico aborda a Lei de Responsabilidade Fiscal e seu papel desempenhado juntamente com o orçamento público, sendo esta uma das principais ferramentas para manter o controle e transparência na gestão dos recursos públicos por parte dos seus responsáveis.

2.3 Lei de responsabilidade fiscal (LRF)

A Lei Complementar nº 101, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), foi sancionada em 04 de maio de 2000, visando regulamentar e estabelecer normas de finanças públicas e do orçamento voltadas para a administração do setor público.

Conforme Araújo e Arruda (2009), a LRF compreende um mecanismo que disciplina a utilização dos recursos públicos, ou seja, ela impõe limites para o endividamento, às despesas com pessoal, etc. controlando os gastos públicos, indicando caminhos a serem trilhados para uma gestão saudável e possíveis correções de desvios.

De acordo com Niyama e Silva (2013), a LRF tem o intuito de estimular a responsabilidade fiscal, estabelecendo que os governantes adquiram gastos acima do valor arrecadado, limitando os gastos dos entes públicos. Sendo assim, depois que esta lei entrou em vigor, os contadores dessa área tiveram de se adequar aos limites da mesma e ao prazo para a elaboração das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Além disso, a LRF também impõe que os dados e informações contábeis do setor público devem ser transparentes e apresentar ampla divulgação, disponibilizando relatórios e demonstrativos das prestações de contas em sites específicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal “estabelece a transparência como uma das premissas básicas da gestão responsável e indica instrumentos a serem utilizados com o objetivo de melhorar a interação entre o Estado e o cidadão” (SILVA, 2011, p. 15).

Conforme Araújo e Arruda (2009), a LRF determina que devam ser observadas as normas técnicas e legais na previsão da receita, sendo acompanhadas do demonstrativo de evolução nos últimos três anos.

Marques (2015) cita que a LRF exige conduta rigorosa conduta dos gestores públicos para lidar com o endividamento público, além de ser clara com os limites para despesas de pessoal nessas instituições. Para esta Lei, o ente público deve firmar diretrizes sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e formas de limitação de empenho, estabelecimento de normas de controle de custos e de avaliação de resultados de programas com recursos orçamentários.

Segundo Abraham (2017), a LRF evidencia a responsabilidade na gestão pública, pressupondo ações planejadas e transparentes, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento das metas de resultados entre receitas e despesas e o cumprimento dos limites fixados para geração de despesas com pessoal e renúncias de receitas.

Ainda de acordo com o autor citado acima,

O art. 48 da LRF estabelece como mecanismos de transparência na gestão fiscal os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. A todos eles devem ser dados ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

O equilíbrio das contas públicas exige administração planejada e “controle eficiente e sistemático das rubricas orçamentárias, com seu consequente acompanhamento e avaliação. De sorte que, em assim não agindo, o administrador poderá ser chamado a responder no campo da responsabilidade fiscal em face de gestão temerária” (MARTINS; NASCIMENTO, 2014, p. 57).

Silva (2014) conceitua que a LRF introduziu com maior rigor a transparência na gestão fiscal, em que os atos praticados pelo gestor público devem ser divulgados à sociedade de forma clara e objetiva.

Nesta seção foi abordada a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma lei complementar que impõe os limites para os gastos públicos evitando o endividamento e gastos desnecessários. O tópico a seguir fala das receitas públicas, que promovem variações aumentativas no Patrimônio do ente público.

2.4 Receitas públicas

Em sentido amplo, receitas são valores recebidos por qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, em determinado período de tempo, por imposição legal ou decorrente de exploração do patrimônio. (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETO, 2009, p. 38).

As receitas públicas ou ingressos públicos “É tudo o que a Administração Pública arrecada, quer seja efetivado por meio de numerário, quer seja por outros bens representativos de valores” (SILVA, 2015, p. 11).

De acordo com Andrade (2017, p. 61), as receitas públicas são definidas,

Como todo e qualquer recolhimento aos cofres públicos em dinheiro ou outro bem representativo de valor que o governo tem direito de arrecadar em virtude de leis, contratos, convênio e quaisquer outros títulos, de que seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertençam.

“Receita pública, em sentido amplo, caracteriza-se como um ingresso de recursos ao patrimônio público, mais especificamente como uma entrada de recursos financeiros que se reflete no aumento das disponibilidades.” (PISCITELLI E TIMBÓ, 2014, p. 143).

As receitas podem ser classificadas em dois grupos como: Receita orçamentária e Receita extraorçamentária.

Kohama (2014, p. 68) define a receita orçamentária como,

A consubstanciada no orçamento público, consignada na Lei Orçamentária, cuja especificação deverá obedecer à discriminação constante do Anexo nº 3, da Lei Federal nº 4.320/64, cujas atualizações vêm sendo feitas pela Portaria Interministerial nº 163/2001.

Conforme Lima e Castro (2013), as receitas orçamentárias são os ingressos arrecadados pelo ente público para aplicação em programas e ações governamentais.

Já Quintana et al. (2015) define a receita extraorçamentária como aquela que não integra o orçamento público, ou seja, é a receita que não pertence ao órgão que está recebendo, o que o torna apenas o depositário dos valores recebidos. Portanto, esse tipo de receita altera o patrimônio financeiro, mas não causa modificações à situação líquida da organização. Esse tipo de receita independe de autorização legislativa, pois não depende de execução orçamentária, sendo exemplos às cauções, fianças, depósitos de instância, consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, retenções na fonte e salários não reclamados.

De acordo com Quintana et al. (2015), a receita orçamentária ainda classifica-se em duas categorias econômicas como receita orçamentária corrente e receita orçamentária de capital e passam por estágios, conforme descrito no tópico a seguir.

2.4.1 Classificação e estágios das receitas públicas

Quintana et al. (2015) especifica que a receita corrente trata-se de recursos que irão atender às despesas correntes, sendo o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes.

De acordo com Silva (2015), a receita tributária decorre da competência tributária do ente público, compreendendo impostos, taxas e contribuições de melhoria. Impostos representam a modalidade do tributo cujo fato gerador independe de atividade estatal específica. Taxas possuem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização de algum serviço público. Contribuição de melhoria corresponde ao tributo proveniente da valorização imobiliária decorrente de obras públicas realizadas.

Para Kohama (2016), as receitas de contribuições que também fazem parte das receitas correntes, correspondem às contribuições sociais e econômicas, destinadas à manutenção dos serviços sociais e de interesse coletivo.

Conforme Andrade (2017), as receitas patrimoniais provêm da arrecadação de valores do patrimônio mobiliário (rendimentos de aplicações financeiras), patrimônio imobiliário (rendimentos com aluguéis e arrendamentos) e das participações societárias. Receitas agropecuárias do setor privado e que não pertence ao setor público, como a criação de gado e produção vegetal, ou seja, estas receitas originam-se da arrecadação dos produtores rurais.

Ainda para Andrade (2017), as receitas industriais resultam da exploração de atividades industriais como a exploração de mineral, as indústrias de transformação e indústrias de construção e receitas serviços industriais de utilidade pública como a produção e distribuição de energia elétrica, água e saneamento.

De acordo com Kohama (2016), as receitas de serviços são aquelas geradas através da prestação de serviço como tarifas de utilização de faróis, aeroportuárias e de pedágios. E fazem parte destas receitas as prestações de serviços comerciais, financeiros, de comunicação, de educação, administrativos, entre outros. As transferências correntes, provenientes de recursos financeiros recebidos de outras entidades públicas ou privadas, são destinadas a cobrir as despesas correntes. Outras receitas correntes têm origem corrente e derivada de multas, cobranças da dívida ativa, indenizações e receitas diversas, determinadas a cobrir as despesas correntes que não se enquadram nas demais.

Já a receita de capital, de acordo com Kohama (2016), representa aquela adquirida através de recursos recebidos, transformando-se em bens e direitos que compõem o ativo do patrimônio público. Estas receitas são oriundas de operações de crédito provenientes da constituição de dívidas, da alienação de bens, amortização de empréstimos, de transferências de capital e outras receitas de capital destinadas a atender as Despesas de Capital.

Conforme Andrade (2017), as operações de créditos constituem-se de dívidas como empréstimos e financiamentos, para a captação de bens e serviços e a realização de projetos da entidade. A alienação de bens torna-se receita de vendas uma vez que esta receita é

adquirida com a venda de bens patrimoniais móveis e imóveis. Já a amortização de empréstimos segundo o autor, refere-se ao retorno de valores emprestados a outras entidades, ou seja, é o pagamento da dívida efetuada a outro órgão.

Ainda de acordo com o autor citado acima, a transferência de capital deriva de recursos financeiros recebidos de outras entidades, destinada à aquisição de bens. Outras receitas de capital são aquelas não especificadas na lei e que não se enquadram em nenhuma das receitas citadas anteriormente.

Segundo Lima e Castro (2013), as receitas orçamentárias possuem estágios que representam as fases percorridas evidenciando seu comportamento e facilitando o conhecimento e a gestão dos ingressos. Os estágios das receitas são:

- **Previsão:** previsão que significa planejar e estimar as receitas a serem arrecadadas indicando o valor a ser recolhido pelo órgão para suprir as despesas no período;
- **Lançamento:** lançamento que consiste na verificação da ocorrência do fato gerador, montante devido e da identificação do sujeito passivo;
- **Arrecadação:** corresponde à entrega dos valores devidos aos entes públicos pelos contribuintes para os agentes arrecadadores autorizados, ou seja, quando o contribuinte liquida suas obrigações com o município, estado ou União.
- **Recolhimento:** é a etapa que representa a transferência dos valores arrecadados aos cofres da entidade pública.

De acordo com Piscitelli e Timbó (2014), os estágios das receitas são considerados as etapas que precisam ser percorridas para o cumprimento das normas e regras impostas pelas leis que regem os entes públicos.

Nesta seção, foram abordadas as receitas públicas que se subdividem em dois grupos como: receitas orçamentárias que contêm as receitas correntes e de capital, sua classificação e seus estágios e a receita extraorçamentária, aquela que contêm as receitas que não causam modificações a situação líquida do ente. No próximo tópico, serão abordadas as despesas públicas, sua classificação econômica e as etapas a serem percorridas para a sua realização.

2.5 Despesas públicas

Lima e Castro (2013, p. 59) definem as despesas públicas como,

Conjunto de dispêndios da entidade governamental para o funcionamento dos serviços públicos. Nesse sentido, como parte do orçamento, a despesa compreende as autorizações para gastos com as várias atribuições e funções governamentais. Em outras palavras, as despesas públicas correspondem à distribuição e ao emprego das receitas para o custeio de diferentes setores da entidade governamental e para os investimentos.

“Despesa pública caracteriza um dispêndio de recursos do patrimônio público, representado essencialmente por uma saída de recursos financeiros, imediata – com redução de disponibilidades – ou mediata – com reconhecimento dessa obrigação.” (PISCITELLI; TIMBÓ, 2014, p. 157).

Despesas públicas, conforme Silva (2015), correspondem aos gastos fixados pelos entes públicos na Lei Orçamentária Anual, visando à execução de serviços públicos, aumentos patrimoniais, quitação de compromissos com a dívida pública e restituição das importâncias extraorçamentárias.

Conforme Kohama (2016), as despesas públicas constituem gastos fixos já previstos na Lei Orçamentária, destinados à execução dos serviços públicos e ao aumento patrimonial do ente público.

Ainda de acordo com o autor citado acima, as despesas públicas se dividem em dois grupos como: despesa orçamentária e extraorçamentária.

A despesa orçamentária depende de autorização legislativa, pois esta não pode ser realizada sem o crédito orçamentário, ou seja, esta receita é a que integra o orçamento, discriminada como despesa fixada no orçamento aprovado.

Segundo Silva (2015) as despesas orçamentárias ou dispêndios orçamentários são aqueles que o ente público realiza para dar manutenção de serviços, ampliação ou criação de outros serviços públicos procurando visar à satisfação das necessidades da sociedade.

Conforme Andrade (2017), as despesas extraorçamentárias não estão previstas no orçamento, e sua execução independe de autorização legislativa. Estas correspondem à restituição de valores arrecadados sob os títulos como cauções, depósitos, consignações, entre outros, criando uma obrigação quando se dá entrada.

Quintana et al. (2015) dizem que as despesas orçamentárias também se classificam quanto à categoria econômica em corrente e de capital e para que essa despesa orçamentária possa ser realizada devem-se observar os estágios estabelecidos por lei, conforme destacados no próximo tópico.

2.5.1 Classificação e estágios das despesas públicas

De acordo com Lima e Castro (2013), as despesas correntes significam todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação de capital ou aquisição de bens de capital, sendo as que causam alterações na situação líquida do patrimônio, denominada como despesa orçamentária efetiva. Também existe a despesa corrente não efetiva que não causa nenhuma modificação na situação líquida do patrimônio, tornando-se um fato permutativo.

De acordo Kohama (2016), as despesas correntes representam os gastos feitos pelas instituições públicas de natureza operacional e classificam-se como despesas que não contribuem diretamente para aquisição ou formação de um bem de capital.

Já a despesa de capital, para Andrade (2017), define-se como um grupo de despesa com a finalidade de formar um bem de capital ou aumentar o valor de um bem já existente. Essas despesas contribuem diretamente na formação ou aquisição de capital, gerando fatos permutativos ou mutações patrimoniais no patrimônio líquido da organização.

Conforme Kohama (2016), as despesas de Capital são os gastos realizados pelas instituições públicas com o propósito de criar ou adquirir novos bens de capital como investimentos e inversões financeiras.

De acordo com Piscitelli e Timbó (2014), assim como as receitas, as despesas orçamentárias também possuem estágios, que são procedimentos que devem ser efetuados para a realização das prestações de serviços e, assim, atender às necessidades da sociedade. Tais estágios são: a fixação, o empenho, a liquidação e o pagamento.

Para Andrade (2017), a fixação das despesas é considerada o primeiro estágio, a qual constitui o planejamento por meio de estudos e cálculos que se fundamentam no montante a ser registrado como valor a ser consumido pela administração pública.

Silva (2011) diz que o estágio da fixação conclui-se mediante autorização dada pelo poder Legislativo e mediante a Lei Orçamentária Anual, podendo ser ainda subdividido nas seguintes etapas:

- Organização das estimativas;
- Conversão da proposta em orçamento público e
- Programação das despesas.

Conforme Lima (2018, 9.35), “O empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente ou não de condição (fato gerador). Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico”.

De acordo com Silva (2015), o empenho pode ser ordinário, por estimativa ou global.

Empenho ordinário ocorre quando a despesa apresenta valor fixo e que foi determinada previamente, com pagamento único. Empenho por estimativa acontece quando não se pode determinar o valor da despesa previamente. Empenho global ocorre quando se trata de despesa com valor determinado de forma contratual, sujeita a parcelamento.

De acordo com Kohama (2016), a liquidação consiste em verificar o direito adquirido pelo credor. Essa verificação tem por fim apurar a origem e o objeto que se deve pagar, a importância a ser paga e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

Ainda conforme o autor, o último estágio da despesa equivale ao pagamento que deverá ser efetuado após a liquidação, ou seja, este ato de pagamento com qual o órgão público satisfaz o credor e extingue a obrigação.

O pagamento consiste na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa. (SILVA, 2015, p. 42).

Neste tópico, de acordo com os autores, foi abordada a despesa pública, sua classificação econômica e os estágios que devem ser percorridos para a realização da mesma. Tais gastos correspondem aos gastos fixos e necessários para atender às necessidades do município. Elas também se dividem em dois grupos como orçamentária corrente e de capital e em extraorçamentária, aquelas que não são previstas no orçamento, correspondentes a restituições de valores.

A seguir, serão evidenciadas as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público com foco principal no balanço orçamentário e financeiro, os quais serão utilizados para análises.

2.6 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP)

Na visão de Silva (2011), as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP) representam relatórios elaborados ao final de cada exercício com o objetivo de fornecer informações úteis para a prestação de contas ou tomada de decisões. Estas demonstrações estão regulamentadas pelo MCASP e NBC T 16.6.

Serão abordados no presente estudo quatro das principais demonstrações contábeis aplicadas ao setor público que são o Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

2.6.1 Balanço orçamentário

“O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário” (SLOMKI, 2013, p. 116).

Conforme Haddad e Mota (2010), o Balanço Orçamentário apresenta as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as executadas. Este balanço é considerado a peça chave para a autorização de arrecadação de receitas e a fixação de despesas.

De acordo com Araújo, Arruda e Barreto (2009), o balanço orçamentário apresenta as receitas previstas e as despesas fixadas no Orçamento, em confronto, respectivamente com as receitas executadas (arrecadadas e recolhidas aos cofres públicos) e com as despesas executadas (empenhadas). Demonstra, também, o resultado orçamentário do período, que pode ser de superávit, se a execução da receita for maior que a da despesa, ou de déficit, se ao contrário, a execução da despesa for maior que a da receita.

Kohama (2016) define o balanço orçamentário como um quadro que se divide em duas partes, demonstrando as receitas previstas discriminadas por fonte e as despesas fixadas por grupo de natureza, comparando com as executadas, igualando-se as somas opostas com o déficit ou o superávit. Esse demonstrativo deverá ser elaborado obedecendo à Lei Federal nº 4.320/64 e conforme a estrutura exposta no MCASP.

Conforme Piscitelli e Timbó (2014, p. 321),

O balanço orçamentário demonstrará as receitas previstas e as despesas fixadas, em confronto com as realizadas. O resultado final do exercício será obtido estabelecendo-se as diferenças para mais ou para menos, ou seja, a soma dos excessos e a das insuficiências, que resulta num superávit ou num déficit na execução do orçamento.

Conforme o MCASP (2017), as receitas são detalhadas em categoria econômica (corrente e capital) e origem, especificando a previsão inicial e atualizada para o exercício, as receitas realizadas e o saldo a realizar. As despesas são demonstradas por categoria econômica e grupo de natureza, discriminando suas dotações em inicial e atualizada para o exercício e em despesas empenhadas, liquidadas, a pagar e o saldo da dotação.

A estrutura do balanço orçamentário precisa estar de acordo com o formato exposto no MCASP, de 22 de dezembro de 2017, seguindo a classe 5, grupo 2 (Orçamento Aprovado) e classe 6, grupo 2 (Execução do Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, como mostra o **Quadro 2**.

Quadro 2 - Estrutura do Balanço Orçamentário.

(Continua)

<Ente da Federação>						
Balanço Orçamentário						
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social						
						Exercício 2xx
Receitas Orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas Realizadas	Saldo		
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c)-(b)		
Receitas Correntes (I)						
Receitas de Capital (II)						
Subtotal das receitas (III) = (I+II)						
Operações de crédito/						
Refinanciamento (IV)						
Subtotal com refinanciamento						
(V) = (III+IV)						
TOTAL (VII) = (V + VI)						
Saldos de Exercícios Anteriores						
(Utilizados Para Créditos						
Adicionais)						
						Saldo
Despesas	Dotação	Dotação	Despesa	Despesa	Despesa	da
orçamentárias	Inicial	Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga	Dotação
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f- g)
Despesas Correntes						
(VIII)						
Despesas de Capital						
(IX)						
Reserva de						
Contingência (X)						
Subtotal das despesas						
(XI) = (VIII + IX + X)						
Amortização da Dívida						
/Refinanciamento (XII)						
Subtotal com refinancia-						

Fonte: Adaptado de MCASP (2017, p. 139).

Quadro 3 - Estrutura do Balanço Orçamentário.**(Continuação)**

mento (XIII) = (XI+XII) TOTAL (XIV) = (XII + XIII) Reserva do RPPS

Fonte: Adaptado de MCASP (2017, p. 139).

A diferença exposta no balanço orçamentário é chamada de déficit ou superávit. Quando ocorre um déficit, ele é transcrito nas receitas e o superávit nas despesas para que assim tanto as receitas quanto as despesas fechem seu valor total em igualdade.

De acordo com Dalcomune (2015), com o objetivo de equilibrar o demonstrativo, o déficit do balanço orçamentário será informado do lado da receita e o superávit será informado do lado da despesa. Nesse caso, o superávit ocorre quando há um excesso de receitas indicando que a receita realizada é maior que as despesas empenhadas, e o déficit ocorre quando as despesas empenhadas são maiores que as receitas realizadas.

2.6.1.1 Análise do balanço orçamentário

De acordo com Lima e Castro (2013), o balanço orçamentário precisa ser analisado em três etapas, sendo: análise a partir do orçamento aprovado, a partir da execução do orçamento e a partir dos índices contábeis ou de quocientes.

Ainda conforme os autores acima, a análise do balanço orçamentário a partir do orçamento aprovado deverá verificar o cumprimento da regra de ouro, a capitalização/descapitalização e o endividamento. Para a regra de ouro, realiza-se a verificação das operações de créditos, observando se seu valor é menor que o resultado das despesas de capital.

Para o quesito capitalização/descapitalização, de acordo com Mota (2012), verificam-se as receitas e as despesas correntes e de capital. No entanto a capitalização ocorre quando a receita corrente é aplicada nas despesas correntes e de capital. Essa ocorrência pode ser confirmada se for apurado um superávit corrente e déficit de capital. Já na descapitalização ocorre ao contrário, isso acontece quando a receita corrente arrecadada não é suficiente para suprir as despesas, sendo necessária a aplicação das receitas de capital em despesas correntes. Isso ocorre quando há um superávit de capital e déficit corrente. Já para o endividamento se analisam as operações de créditos em confronto com a amortização da dívida.

Segundo Lima e Diniz (2016) a análise do balanço orçamentário, a partir da execução

do orçamento, é realizada em três tipos de avaliações como a análise do resultado orçamentário, que é feita comparando as receitas arrecadadas com as despesas empenhadas, podendo obter um resultado de superávit, déficit ou nulo. Já para a análise do resultado da execução da receita, será realizada a comparação da receita prevista e com a arrecadada, observando se não ocorreu uma ineficiência, excesso ou equilíbrio de arrecadação. Deverá realizar também a análise do resultado da execução da despesa, comparando as despesas fixadas com as executadas, observando se o resultado é de excesso, economia ou equilíbrio.

A análise do Balanço Orçamentário por meio de indicadores dará suporte à gestão orçamentária, “destacando-se, entre eles, o quociente da execução da receita, o quociente da execução da despesa, o quociente do equilíbrio orçamentário e o quociente do resultado orçamentário” (LIMA, 2018, p. 295).

Diante dos conceitos de Lima e Castro (2015), este trabalho abordou os seguintes quocientes ou indicadores contábeis de análise do Balanço Orçamentário.

O quociente da execução da receita (QER) é calculado pela seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Previsão Atualizada}}$$

De acordo com Lima e Castro (2015), esse indicador demonstra que o resultado normal deverá ser 1 ou próximo de 1, representando o quanto foi realizado da receita executada com relação a receita prevista.

O Quociente da execução da despesa (QED) é representado pela seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Despesa Empenhada}}{\text{Dotação Atualizada}}$$

Conforme Kohama (2011), esse quociente demonstra o quanto da despesa fixada foi utilizado em despesas executadas, e seu resultado indica que deverá ser menor que 1. Dificilmente será igual ou maior 1, caso ocorra do resultado ser maior que 1 a despesa pode ter sido executada sem a devida autorização.

O Quociente do equilíbrio orçamentário (QEqO), obtido pela fórmula a seguir:

$$\frac{\text{Dotação Atualizada}}{\text{Previsão Inicial}}$$

Lima e Castro (2015) evidencia que, para considerar um resultado normal, esse quociente deverá ser igual a 1 ou ser maior que 1, refletindo a abertura de créditos adicionais. Se caso esse resultado for menor que 1, a LOA pode ter sido aprovada com superávit.

O Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) é encontrado pela fórmula a seguir:

$$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Empenhada}}$$

Conforme Kohama (2015), esse quociente, o resultado tenderá a apresentar-se através do superávit orçamentário, no qual os valores das despesas apresentam-se inferior aos valores da receita arrecadada. Em caso de déficit orçamentário na execução, deverá ser realizada uma análise cautelosa de forma a verificar-se também o balanço financeiro, certificando o real motivo para essa ocorrência.

Esta seção apresentou o balanço orçamentário e suas formas de análises. Portanto, de acordo com os autores utilizados nesta seção, o balanço orçamentário corresponde a um quadro estruturado em que se apresentam as receitas previstas e atualizadas em confronto com as realizadas e as despesas fixadas e empenhadas para que o ente público possa prestar os serviços visando o bem estar da comunidade.

No próximo tópico, será abordado outro demonstrativo apresentado pelos entes públicos. Esse demonstrativo trata do Balanço Financeiro, suas principais características e formas de análise.

2.6.2 Balanço financeiro

O Balanço Financeiro, segundo o MCASP (2017), evidencia as receitas e despesas orçamentárias, assim como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, junto com os saldos de caixa do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

Conforme Silva (2015), o resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit.

De acordo com Lima e Castro (2015), o balanço financeiro tem por objetivo

demonstrar o fluxo de caixa do setor público, evidenciando as receitas e as despesas, juntamente com o saldo do exercício anterior e o saldo que passará para o exercício seguinte.

Segundo o MSCAP (2017), o balanço financeiro evidencia o fluxo financeiro do ente público, demonstrando a receita realizada e a despesa executada, discriminando as ordinárias e as vinculadas, os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários, as transferências financeiras e o saldo do exercício anterior para o seguinte, ou seja, o balanço financeiro demonstra a movimentação realizada no exercício financeiro.

Assim como o balanço orçamentário, sua estrutura também deverá estar de acordo com o modelo exposto no MCASP (2017), conforme demonstra o **Quadro 3**

Quadro 4 - Estrutura do Balanço Financeiro. (Continua)

<Ente da Federação>			
BALANÇO FINANCEIRO			
			Exercício 20xx
INGRESSOS			
Receita Orçamentária (I)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ordinária			
Vinculada			
Transf. Financeiras Recebidas (II)			
Recebimentos Extraorçamentários (III)			
Saldo do Exercício Anterior (IV)			
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)			
			Exercício 20xx
DISPÊNDIOS			
Despesas Orçamentárias (VI)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ordinária			
Vinculada			
Transf. Financeiras Concedidas (VII)			
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)			
Saldo do Exercício Anterior (IX)			
TOTAL (X) - (VI+VII+VIII+IX)			

Fonte: Adaptado de MCASP (2017, p. 378 e 379).

2.6.2.1 Análise do balanço financeiro

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício por meio do cálculo demonstrado conforme o **Quadro 4**.

Quadro 5 - Resultado Financeiro do Exercício.

Saldo em espécie para o exercício seguinte
(-) Saldo em espécie para o exercício anterior
= Resultado financeiro do exercício

Fonte: MCASP (2017, p. 376).

Além da apuração do resultado financeiro do exercício (RFE), o Balanço Financeiro possibilita a análise por meio de indicadores.

O Quociente da Execução Orçamentária (QEO) é obtido pela fórmula apresentada a seguir:

$$\frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária}}$$

Conforme Lima e Castro (2015), esse quociente demonstra quanto a receita orçamentária representa para o pagamento da despesa orçamentária. E deve ser analisado em conjunto com o quociente do resultado orçamentário.

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QFRO) é encontrado pela seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária Paga}}$$

Na despesa orçamentária paga, consideram-se restos a pagar inscritos no exercício + serviço da dívida a pagar que passa para o exercício seguinte. Portanto nesse quociente, o resultado normal é igual a 1 e bom para maior que 1. Caso seja menor que 1, será preocupante, pois a receita arrecadada será menor que a despesa paga, devendo-se utilizar a receita extra orçamentária para cobertura, conforme conhecimentos de Lima e Castro (2015)

O Quociente da Execução Extraorçamentária (QEE) é obtido mediante a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Receita Extraorçamentária}}{\text{Despesa Extraorçamentária}}$$

Nesse quociente, de acordo com Lima e Castro (2015), o resultado deverá apresentar-se o mais próximo de 1, pois se for maior que 1 representará aumento da dívida flutuante (curto prazo), o que provocará aumento do passivo financeiro, considerado normal se houver o correspondente aumento de disponibilidades. Caso seja menor que 1, representará diminuição da dívida flutuante, o que provocará diminuição do passivo financeiro, reduzindo as disponibilidades existentes.

O Quociente do Resultado da Execução Financeira (QREF) é encontrado pela fórmula evidenciada a seguir:

$$\frac{\text{Soma dos ingressos}}{\text{Soma dos dispêndios}}$$

Esse quociente será considerado normal se o resultado for igual a 1. Caso este seja menor que 1, deverá verificar se as disponibilidades (caixa/bancos) refletem a movimentação financeira de origem Extraorçamentária.

O próximo tópico abordará outro demonstrativo contábil elaborado pelos entes públicos, o Balanço Patrimonial e suas características.

2.6.3 Balanço patrimonial

“O balanço patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.” (SILVA, 2015, p. 60).

“O Balanço Patrimonial é o demonstrativo que evidencia a posição das contas que constituem o Ativo e o Passivo, apresentando a situação estática dos bens, direitos e obrigações e indicando o valor do saldo patrimonial (positivo ou negativo) da Entidade.” (LIMA; CASTRO, 2013, p. 184).

De acordo com Kohama (2014, p. 290), o balanço patrimonial,

é o quadro de contabilidade com duas seções, “ativo” e “passivo”, nas quais se distribuem os elementos do “patrimônio público”, igualando-se as duas somas com a conta “patrimônio líquido” especificamente com a conta de Resultados Acumulados, que pode ser “superávit” ou “déficit”, que representariam aumento patrimonial ou diminuição patrimonial, respectivamente.

Balanço Patrimonial é estruturado em Ativo (Bens e direitos), Passivo (Obrigações) e

Patrimônio Líquido (definido também como a diferença entre Ativo e Passivo), com a finalidade de evidenciar em um determinado período, a real situação patrimonial da entidade pública. (QUINTANA et al., 2015).

Para Castro (2011), o Balanço Patrimonial deve apresentar a posição estática do patrimônio da entidade em “determinada data, comparando-a com o período anterior equivalente, destacando os principais itens que compõem o ativo, o passivo e a diferença entre eles”, parcela denominada Patrimônio Líquido. Sendo assim, reflete uma visão estática, a realidade do patrimônio da entidade naquele período. O Balanço acompanha em quadro específico, os atos administrativos potenciais que possam vir afetar o patrimônio dessas entidades, objeto de controle nas contas de compensação.

Nesta seção foi abordado o balanço patrimonial, no qual se identificam todos os bens e direitos do ente público. O próximo tópico fará a explanação de outro demonstrativo contábil aplicado ao setor público, que trata da Demonstração das Variações Patrimoniais, com suas características.

2.6.4 Demonstrações das variações patrimoniais (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) “é composta apenas pelas variações patrimoniais quantitativas, ou seja, aquelas decorrentes de transações no Setor Público que, efetivamente, aumentam ou diminuem o patrimônio líquido (fatos modificativos) (LIMA, 2018, p. 265)”.

Conforme o exposto por Lima e Diniz (2016, p. 35),

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), também conhecida como Balanço de Resultado, tem por objetivo principal evidenciar todas as variações patrimoniais que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Assim, a partir do encontro dessas variações quantitativas nos itens patrimoniais é possível demonstrar o resultado patrimonial do exercício.

A Demonstração Das Variações Patrimoniais aplicadas ao setor público divide-se em duas partes: variações quantitativas e qualitativas.

De acordo com Quintana et al. (2015), as variações quantitativas equivalem ao resultado patrimonial consequente de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas decorrem da execução orçamentária que consiste nas transações que modificam a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. Para maior entendimento da finalidade desse demonstrativo pode se dizer que é

semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) das entidades privadas.

Para Felgueiras (2015, p. 178),

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

Ainda segundo o autor citado acima, a DVP é um demonstrativo com finalidade semelhante ao da DRE, que abrange o resultado líquido, sendo um dos principais indicadores de desempenho da empresa. Já a DVP tem a função de observar e apurar as alterações ocorridas no patrimônio, sendo um demonstrativo de medição que verifica as alterações provocadas através dos serviços públicos.

Silva (2011, p. 338) caracteriza a DVP como um,

“Balanço de Resultados, evidencia as alterações ocorridas no Patrimônio durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária, apurando o resultado patrimonial do período, quer ele seja positivo, negativo ou nulo”.

A Demonstração das Variações Patrimoniais “é elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do plano de contas, para as variações quantitativas e as classes 1 e 2 para as variações qualitativas. (ANDRADE, 2017, p. 358).

Andrade (2017) especifica que, dessa forma, tanto as receitas quanto as despesas consistem em elementos que alteram a situação líquida patrimonial de uma entidade pública, mensurando as variações patrimoniais em aumentativas quanto às diminutivas.

Segundo Guedes e Silvério (2016, p. 128),

Diferentemente do Balanço Patrimonial, que evidencia ao final do exercício uma situação estática do patrimônio, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) tem como objetivo mostrar os fatos que causam alterações no patrimônio durante o exercício. Sendo assim, a DVP indica quais fatores contribuíram para o aumento ou para diminuição do Patrimônio Líquido da entidade.

Conforme o MCASP (2017), a DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio que podem ser ou não resultantes da execução orçamentário e indica o resultado patrimonial do exercício.

Conforme os autores citados acima, a DVP é um demonstrativo aplicado ao setor público que evidencia as alterações do patrimônio público, resultantes ou não da execução

orçamentária.

Na próxima seção serão abordadas as empresas públicas, ou seja, entidades dotadas de personalidade jurídica, as quais dependem do estado para que possam existir.

2.7 Síntese do referencial teórico

O tópico contabilidade pública, de acordo com Andrade (2017), evidencia que seu objeto é o patrimônio público e seu objetivo é registrar e controlar os atos e fatos administrativos através das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

Araújo e Arruda (2009), demonstra no tópico orçamento público, que este trata de documento em que se estimam as receitas e fixam as despesas, demonstrando em que está sendo gasto o dinheiro público, possibilitando ao cidadão fiscalizar a atuação dos gestores públicos.

Conforme Silva (2015), o orçamento público apresenta como instrumentos de planejamento o Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA trata de um programa de trabalho elaborado pelo Executivo para ser executado durante o período de um mandato, com vigência ao ano seguinte ao de sua posse até o primeiro ano do mandato seguinte. A LDO trata das prioridades do PPA, servindo como suporte para elaboração dos orçamentos anuais. A LOA é o instrumento em que se estimam as receitas e fixam as despesas com base na previsão de arrecadação no período, buscando gerenciar o equilíbrio das receitas e despesas públicas.

A seção Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo Niyama e Silva (2013), aborda a Lei Complementar 101/2000 impõe que as demonstrações contábeis devem ser transparentes e apresentar ampla divulgação. Além disso, limita os gastos públicos, visando estimular a responsabilidade fiscal.

Piscitelli e Timbó (2014) afirmam que as receitas e despesas públicas evidenciam as classificações destas em um ente público. Receitas públicas se classificam em orçamentárias (fazem parte do orçamento público) e extraorçamentárias (o ente é mero depositário desses valores). Receitas orçamentárias subdividem-se em correntes e de capital; além disso, passam por etapas, sendo esta previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. Despesas públicas, assim como as receitas, também se classificam em orçamentárias e extraorçamentárias e as despesas orçamentárias podem ser correntes ou de capital. As etapas das despesas públicas consistem em fixação, empenho, liquidação e pagamento.

As demonstrações contábeis aplicadas ao setor público abordadas na pesquisa,

segundo Silva (2015), são o Balanço Orçamentário (BO) e Balanço Financeiro (BF), os quais serão realizados os cálculos para análise, o Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). O BO apresenta as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as realizadas. O BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, assim como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, juntamente com as disponibilidades do exercício anterior e o que passará para o exercício seguinte. O BP é estruturado em ativo, passivo e patrimônio líquido, evidenciando a real situação patrimonial do ente público. A DVP é similar ao DRE das empresas privadas, apresentando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

3 METODOLOGIA

Nesta seção apresenta-se a metodologia utilizada no desenvolvimento desse Trabalho de Conclusão de Curso, tendo como propósito realizar as análises dos balanços orçamentários e financeiros, referentes aos anos de 2016 a 2018, nas prefeituras de três municípios situados na região Centro-Oeste de Minas Gerais.

A classificação sistemática do Trabalho de Conclusão de Curso segue o modelo proposto por Silva e Menezes (2005) como descrito a seguir: quanto ao ponto de vista da abordagem do problema, quanto ao ponto de vista dos objetivos, quanto ao ponto de vista dos procedimentos técnicos, quanto à unidade de análise, quanto aos instrumentos de coleta de dados e quanto à forma de tratamento de dados.

3.1 Sob o ponto de vista da abordagem

Sob a forma de abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa e qualitativa.

De acordo com Henriques e Medeiros (2017), a pesquisa quantitativa baseia-se na medição numérica e na análise estatística para testar hipóteses, comprovar teorias e estabelecer padrões. Esse tipo de pesquisa garante a precisão dos resultados, evitando distorções na análise e interpretação das informações.

Segundo Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa quantitativa constitui-se em um instrumento que tem como objetivo quantificar o tratamento das informações por meio das técnicas estatísticas.

O objetivo da pesquisa quantitativa “é medir e permitir o teste de hipóteses, evitando possíveis erros de interpretação. Em muitos casos, são criados índices que, por muito tempo, possibilitam conhecer o traçado histórico da informação.” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 234).

Para a pesquisa quantitativa, foram realizados os cálculos dos indicadores a partir dos dados numéricos coletados dos balanços orçamentários e financeiros, por meio de planilhas do Microsoft Excel para posterior análise dos resultados.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa qualitativa permite que o pesquisador desenvolva componentes analíticos e categóricos a partir dos dados coletados. Essa pesquisa tem como objetivo, interpretar e compreender os fenômenos ocorridos através dos dados coletados dos entes em estudo.

[...] “O estudo qualitativo desenvolve-se numa situação natural, oferecendo riqueza de dados descritivos, bem como focalizando a realidade de forma complexa e contextualizada.” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 302).

Segundo Azevedo (2013), a abordagem qualitativa é a mais adequada para a compreensão contextual do fenômeno estudado, seguindo um processo indutivo e não há hipótese para ser comprovada.

Para a pesquisa qualitativa, foi realizada a interpretação dos demonstrativos orçamentários e financeiros aplicados ao setor público, relacionando-os com as técnicas estruturadas pelos autores no referencial teórico e as leis que abrangem o setor público.

3.2 Sob o ponto de vista dos objetivos

Quanto ao ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa foi classificada em dois tipos: pesquisa exploratória e descritiva.

A pesquisa exploratória “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto” (SEVERINO, 2013, p. 123).

Gil (2010) cita que a pesquisa exploratória possui a finalidade de possibilitar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais visível ou a constituir hipóteses.

Já na pesquisa descritiva “não há interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto de pesquisa. Procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos” (BARROS; LEHFELD, 2007, p. 84).

Para Perovano (2014), o processo descritivo visa à identificação, ao registro e à análise das características dos fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. Esse tipo de pesquisa pode ser entendido como um estudo de caso no qual, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação dos efeitos resultantes de uma empresa.

Desta forma, a pesquisa exploratória se justifica por meio da utilização de fontes primárias (pesquisa documental) e secundárias (pesquisas bibliográficas) para realização do Trabalho de Conclusão de Curso.

Já a pesquisa descritiva foi evidenciada através do estudo das unidades de análises, no qual a mesma é caracteriza e seus demonstrativos orçamentários e financeiros são analisados.

3.3 Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos

Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos, este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso.

Para Marconi e Lakatos (2010, p. 166), “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Segundo Martins e Theóphilo (2016), a pesquisa bibliográfica visa explicar o assunto abordado, tendo diversas fontes de referências como livros, revistas, sites etc. Ela é uma parte indispensável para o trabalho científico, pois ajuda o pesquisador a entender melhor sobre o tema ou problema.

A pesquisa bibliográfica trata do levantamento de informações em livros encontrados nas bibliotecas física e virtual da FASF, tendo como principais obras, Contabilidade Pública na Gestão Fiscal de Andrade (2017), O Essencial da Contabilidade Pública dos autores Araújo, Arruda e Barreto (2009), Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público de Lima (2015) e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretária do Tesouro Nacional (2017), ampliando o conhecimento da pesquisadora para o desenvolvimento deste trabalho.

Conforme Severino (2013, p. 122), “a pesquisa documental, tem como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”.

De acordo com Gil (2010), a pesquisa documental se parece com a bibliográfica, tendo em vista que os dois tipos de pesquisas utilizam dados já existentes, porém a diferença está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica é baseada em obras de renomados autores, a pesquisa documental é baseada em documentos elaborados para diversos fins, sendo esta usada para comprovar ou não a existência de uma determinada hipótese.

Para a pesquisa documental foi realizada a coleta dos demonstrativos orçamentários e financeiros das Prefeituras em estudo, através de pesquisa realizada no site do Fiscalizando com TCE MG.

Já o estudo de caso, segundo Barros e Lehfeld (2007, p. 112) descreve como uma categoria de estudo das ciências sociais, voltada à coleta e ao registro de informações, elaboração de relatórios críticos, organizados e avaliados, influenciam nas decisões e intervenções sobre o objeto escolhido para investigação.

Beuren (2009) caracteriza o estudo de caso com um método de pesquisa que estuda, de

maneira mais aprofundada, um caso específico. Na área da contabilidade geralmente são realizadas pesquisas em organizações, visando à configuração, à análise e à aplicação das teorias contábeis.

Portanto, o Trabalho de Conclusão de Curso corresponde ao estudo de caso de três prefeituras situadas na região Centro-Oeste de Minas Gerais.

3.4 Unidades de análise

Essa pesquisa foi realizada com base em três prefeituras situadas na região Centro-Oeste de Minas Gerais, ambas constituídas por uma população com mais de 3 mil habitantes e com porte de arrecadação parecidos, de acordo com as informações pesquisadas no site do IBGE 2018, com o intuito de comparar qual dos entes apresentou melhor aplicação dos recursos públicos, doravante denominadas de A, B e C para facilitar a compreensão por parte do leitor.

O município **A** foi fundado no século XVIII por bandeirantes que por ali passavam à procura de ouro. Esse município desenvolvia a cultura de plantações de arroz, milho e criação de gado. Na época, o povoado pertencia a outro município e em 2007, através da lei estadual nº 2764 de 30 de dezembro de 1962 foi desmembrado, tornando-se também um município, com uma população estimada em 3.229 habitantes. E possui um fundo de participação no valor de R\$ 7.584.520 milhões por ano. A taxa de escolaridade é de 97,7%, contendo 4 escolas de ensino fundamental e 1 de ensino médio. O índice de mortalidade infantil do município é de 64,52 óbitos por mil nascidos vivos e conta com 3 postos de saúde. O município possui uma área de 352,005 km² e tem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.710.

O município **B** era um distrito que em 1948 tornou-se município e, hoje, tem uma população estimada em 3.215 habitantes, conforme demonstrado no site do IBGE em 2019. O fundo de participação do município também é de R\$ 7.584.520 milhões por ano. Sua taxa de escolaridade é de 100% e a cidade conta com 3 escolas de ensino fundamental com um total de 30 docentes e 1 de ensino médio com 15 docentes. O índice de mortalidade infantil do município é 0 e conta com 3 postos de saúde. A média salarial dos moradores do município B é de 1,8 salários mínimos. O município possui uma área de 657,425 km² e tem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.692.

Já o município C, era uma região habitada por índios Caiapós, Araxás e também por quilombos. O povoado do qual se originou, nasceu no século passado em aproximadamente

14 alqueires de terra, doados. Já no ano de 1963, por decreto, foi denominada de município.

Hoje tem uma população estimada em 3.802 habitantes e uma média salarial de 1,6 salários mínimos. Sua taxa de escolaridade é de 99,8% e conta com 3 escolas de ensino fundamental com 34 docentes e 1 escola de ensino médio com 12 docentes. O fundo de participação desse município também é de R\$ 7.584.520 milhões por ano. Não há índice de mortalidade infantil e conta com 3 postos de saúde. O município possui uma área de 946,437 km² e tem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.711.

3.5 Instrumento de coleta de dados

Os dados primários utilizados para a análise desta pesquisa são os demonstrativos contábeis do setor público, com ênfase no balanço orçamentário e balanço financeiro elaborado pelas prefeituras referentes aos anos de 2016 a 2018 e foram obtidos pela pesquisadora através do site Fiscalizando com TCE, estado de Minas Gerais.

Os dados secundários foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica de fevereiro a agosto de 2019 pela autora, para buscar conceitos (tipos de análises e como realizá-las) de autores renomados para alcançar os objetivos propostos e responder à questão problema.

3.6 Tratamento de dados

Para o tratamento de dados quantitativos, foi realizada a análise contábil no qual a pesquisadora efetuou os cálculos dos indicadores dos entes estudados, baseando-se nos demonstrativos contábeis com ênfase no Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro. Após os cálculos dos indicadores efetuados com auxílio das planilhas do Microsoft Excel e conferência manual, os mesmos foram dispostos em tabelas para melhor visualização e compreensão dos dados obtidos.

Para tratamento de dados qualitativos, a pesquisadora fez a interpretação dos resultados encontrados, considerando os conceitos abordados e apresentados no referencial teórico.

O método de análise das informações utilizado neste trabalho foi à triangulação de dados como proposto por Creswell (2007), pois visa realizar uma análise em diferentes fontes de informações de dados, sendo uma estratégia primária, permitindo a pesquisadora examinar os fenômenos e evidenciar as fontes, usando-as para criar uma justificativa coerente do tema.

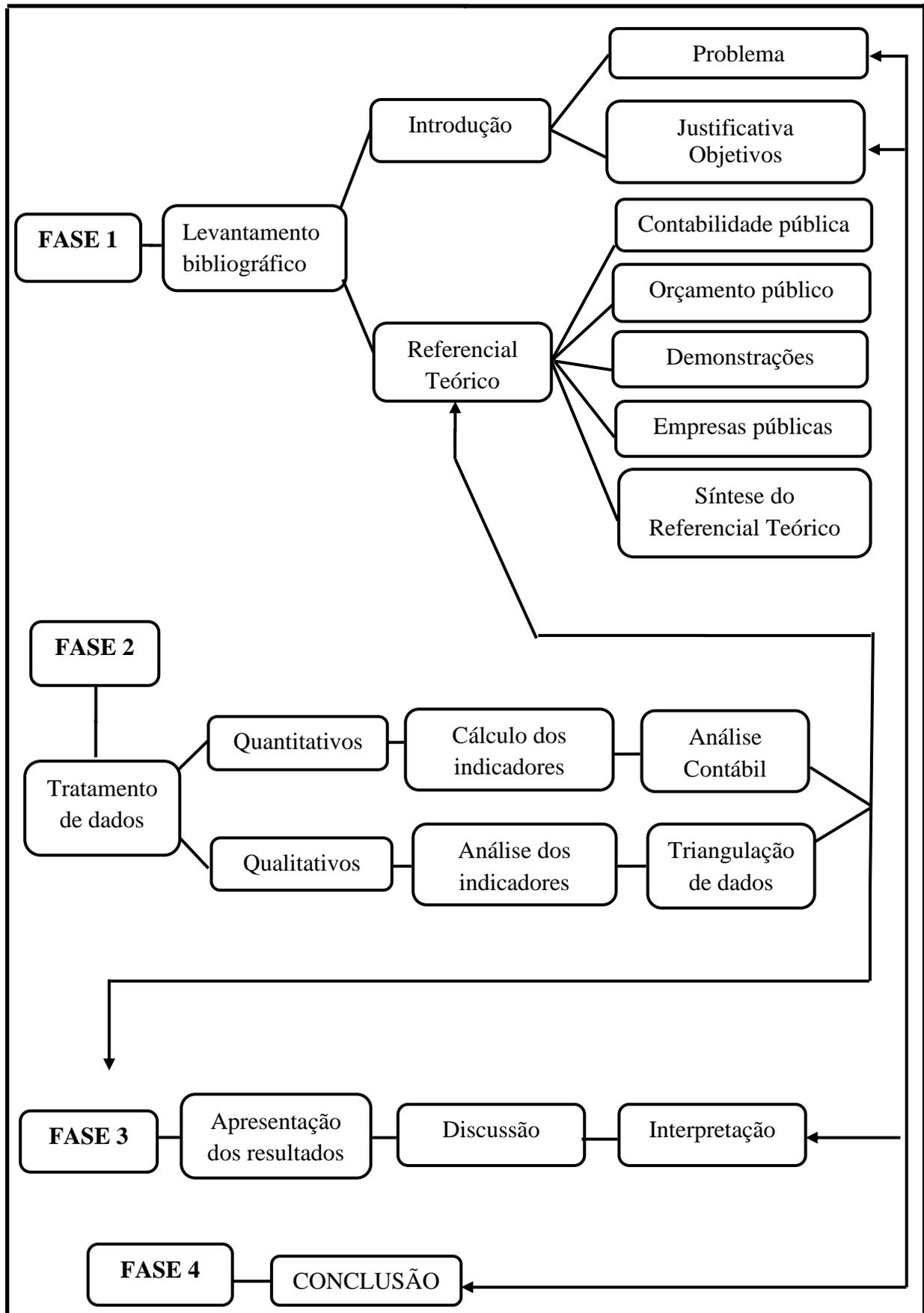
Segundo Yin (2010), na triangulação de dados, as fontes de evidências proporcionam

diversas avaliações dos mesmos fenômenos e aumentam a precisão dos resultados.

Para a triangulação de dados nesta pesquisa, os resultados encontrados através do tratamento dos dados quantitativos foram comparados com exposto no referencial teórico deste trabalho.

Também, realizou-se a análise dos quocientes orçamentários e financeiros nos três períodos, conforme citado na seção de coleta de dados. E, para finalizar a análise, foi realizada a comparação das informações obtidas com os resultados obtidos de três prefeituras da região Centro-Oeste de Minas Gerais, denominadas de A, B e C.

Figura 2 – Esquema de Pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na página anterior, apresentou-se o esquema de pesquisa, contendo todas as fases deste Trabalho de Conclusão de Curso, que são demonstradas a seguir.

A **Fase 1** retrata o levantamento bibliográfico, que teve início com a definição do tema e da pergunta problema. Em seguida, veio a definição da importância da pesquisa através da justificativa e a definição dos objetivos. Após, foi feito o referencial teórico, que colocou a pesquisadora em contato com o que já foi escrito sobre o assunto.

A **Fase 2** retrata o tratamento de dados quantitativos, que foi a realização dos cálculos dos indicadores das prefeituras utilizadas como unidades de análise. Também aborda o tratamento dos dados qualitativos, momento em que foram feitas a análise e a interpretação dos resultados, por meio da triangulação de dados.

A **Fase 3** demonstra a apresentação dos resultados, sua interpretação e discussão, por meio da triangulação de dados e análise de conteúdo, correlacionando com as abordagens conceituais apresentadas no referencial teórico e considerando os objetivos, questão problema e hipótese da pesquisa.

A **Fase 4** refere-se à conclusão, que constitui na evidenciação das principais conclusões a partir dos resultados obtidos e analisados. Para a realização dessa fase, haverá a necessidade de estarem vinculadas às fases anteriores, visando atender aos objetivos propostos e responder à pergunta problema e à hipótese apresentadas pelo Trabalho de Conclusão de Curso.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção tem por objetivo apresentar as análises dos balanços orçamentários e financeiros das Prefeituras A, B e C referentes aos anos de 2016 a 2018, de acordo com os dados coletados através do site Fiscalizando com Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Portanto, esta seção subdividiu-se em quatro tópicos como:

- (4.1) Análise do balanço orçamentário
- (4.2) Análise do balanço financeiro
- (4.3) Análise comparativa dos municípios
- (4.4) Síntese dos resultados e discussão

O tópico a seguir aborda as análises do balanço orçamentário das prefeituras A, B e C. Esse é um dos demonstrativos contábeis aplicado ao setor público, exigido pela Lei nº 4.320/64.

4.1 Análise do balanço orçamentário

A seguir, na **Tabela 2**, estão explicitados os balanços orçamentários das três Prefeituras estudadas referentes aos anos de 2016 a 2018. Para melhor visualização e compreensão, foi necessária a adaptação dos demonstrativos orçamentários, portanto não foram apresentadas todas as colunas e contas, ficando, assim, expostas somente aquelas que serão utilizadas na realização das análises efetuadas em sequência. As colunas e contas omitidas encontram-se nos anexos deste trabalho a partir da página 78.

TABELA 2 - Balanços orçamentários das Prefeituras A, B e C.

(Continua)

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018
PREFEITURA A			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
Receita Corrente (realizada)	12.604.499,79	13.100.590,44	13.853.303,84
Receita prevista	15.240.000,00	16.450.000,00	16.900.000,00
Receita realizada	13.102.167,52	13.352.465,44	14.135.546,61

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

TABELA 2 - Balanços orçamentários das Prefeituras em estudo (Continuação)

Receita de capital (realizada)	497.667,73	251.875,00	282.242,77
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
Despesa corrente (empenhada)	11.784.783,84	11.521.600,30	12.264.478,95
Despesa atualizada	15.240.000,00	16.450.000,00	16.900.000,00
Despesas empenhadas	12.626.562,05	12.750.616,04	13.046.097,01
Despesa de capital (empenhada)	841.778,21	1.229.015,74	781.618,06
Amortização da Dívida	232.472,30	273.721,64	122.241,97
PREFEITURA B			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
Receita Corrente (realizada)	15.052.741,36	14.009.052,81	14.972.237,88
Receita prevista	22.008.281,35	23.661.102,28	25.246.397,20
Receita realizada	16.241.416,36	14.138.222,81	15.505.881,28
Receita de capital (realizada)	1.188.675,00	129.170,00	533.553,40
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
Despesa corrente (empenhada)	12.396.687,84	14.157.611,00	14.113.121,96
Despesa atualizada	22.008.281,35	23.361.103,28	25.146.397,20
Despesas empenhadas	13.310.799,08	15.251.872,63	14.472.367,11
Despesa de capital (empenhada)	914.111,24	1.094.261,63	359.245,15
Amortização da Dívida	190.315,80	151.545,92	133.676,61
PREFEITURA C			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
Receita Corrente (realizada)	14.290.679,81	14.773.906,26	15.652.029,01
Receita prevista	20.927.000,00	21.053.000,00	23.676.012,00
Receita realizada	14.556.614,70	14.917.043,76	16.345.894,01
Receita de capital (realizada)	265.934,89	143.137,50	693.865,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
Despesa corrente (empenhada)	14.854.248,52	13.120.391,60	13.755.419,99
Despesa atualizada	21.170.750,00	21.096.435,95	22.750.725,40
Despesas empenhadas	15.610.725,17	14.474.387,52	15.028.603,11

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

TABELA 2 - Balanços orçamentários das Prefeituras em estudo (Continuação)

Despesa de capital (empenhada)	756.476,65	1.353.995,92	1.273.183,12
Amortização da Dívida	571.135,61	695.969,31	116.172,37

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Analisando os dados demonstrados na **Tabela 2**, a partir do orçamento aprovado das Prefeituras A, B e C referentes aos anos de 2016 a 2018, podemos observar que, no cumprimento da “regra de ouro”¹, as operações de crédito nas receitas de capital não apresentaram saldos para os três anos. Portanto, a situação é favorável para os entes, pois indica que as receitas correntes estão suprindo as despesas correntes e de capital.

TABELA 3 - Análise da Capitalização/Descapitalização do balanço orçamentário. (Continua)

DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	2018
PREFEITURA A			
Receita Corrente (realizada)	12.604.499,79	13.100.590,44	13.853.303,84
Despesa corrente (empenhada)	11.784.783,84	11.521.600,30	12.264.478,95
Superávit corrente	819.715,95	1.578.990,14	1.588.824,89
Receita de capital (realizada)	497.667,73	251.875,00	282.242,77
Despesa de capital (empenhada)	841.778,21	1.229.015,74	781.618,06
Déficit de capital	-344.110,48	-977.140,74	-499.375,29
PREFEITURA B			
Receita Corrente (realizada)	15.052.741,36	14.009.052,81	14.972.237,88
Despesa corrente (empenhada)	12.396.687,84	14.157.611,00	14.113.121,96
Superávit corrente	2.656.053,52	Déficit -148.558,19	859.115,92
Receita de capital (realizada)	1.188.675,00	129.170,00	533.553,40
Despesa de capital (empenhada)	914.111,24	1.094.261,63	359.245,15
Déficit de capital	Superávit 274.563,76	-965.091,63	Superávit 174.308,25
PREFEITURA C			

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

¹ De acordo com o art. 167, inciso III da CF, a “regra de ouro” nada mais é que um dos dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento, sejam superiores às despesas de capital.

TABELA 3 - Análise da Capitalização/Descapitalização do balanço orçamentário (Continuação)

Receita Corrente (realizada)	14.290.679,81	14.773.906,26	15.652.029,01
Despesa corrente (empenhada)	14.854.248,52	13.120.391,60	13.755.419,99
	Déficit		
Superávit corrente	-563.568,71	1.653.514,66	1.896.609,02
Receita de capital (realizada)	265.934,89	143.137,50	693.865,00
Despesa de capital (empenhada)	756.476,65	1.353.995,92	1.273.183,12
Déficit de capital	-490.541,76	-1.210.858,42	-579.318,12

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Para a análise de capitalização/descapitalização deverão ser comparadas as receitas correntes e de capital com as despesas correntes e de capital, observando se a receitas correntes estão suprindo as despesas correntes e de capital. O resultado considerado normal para essa análise é que ocorra sempre um superávit corrente e déficit de capital, indicando que as receitas correntes estão sendo suficientes para a cobertura das despesas.

Nessa análise foram utilizados os dados apresentados na **Tabela 3**, retirados dos balanços orçamentários dos entes em estudo. Na **Prefeitura A**, observa-se que o resultado está favorável, pois ocorreu um superávit corrente e déficit de capital para os três anos, indicando que as receitas correntes suprimam as despesas correntes e de capital. O cálculo para se chegar a estes resultados foi alcançado pela diferença entre as receitas e as despesas.

Já na **Prefeitura B**, o resultado corrente alcançado nos anos de 2016 e 2018 apresentou um superávit, no entanto as receitas de capital apresentaram-se maiores que as despesas de capital também para os anos de 2016 e 2018, ocorrendo assim um superávit de capital. Portanto, de acordo com Mota (2012) quando essa situação ocorre não é possível avaliar a capitalização ou a descapitalização do ente. Em 2017 obteve-se um resultado negativo, já que ocorreu um déficit tanto corrente quanto de capital, ocorrendo nesse caso a descapitalização do ente, ou seja, para suprir as necessidades foi necessário utilizar as receitas de capital.

Na **Prefeitura C**, ocorreu um déficit corrente, e esse é um resultado que não pode acontecer, pois indica que o ente **C** precisou utilizar as receitas de capital para suprir suas despesas correntes, gerando uma descapitalização ou diminuição do patrimônio público. Ainda para o ente **C**, o resultado encontrado nos anos de 2017 e 2018 é de capitalização, pois ocorreu um superávit orçamentário e déficit de capital, indicando que as receitas correntes

supriram tanto as despesas correntes quanto as de capital.

De acordo com a Lei complementar nº 101 (2000), caso o ente ultrapasse os limites fixados para o endividamento, deverá tomar providências o quanto antes para se enquadrar, reduzindo o excesso em 25%. Analisando os dados apresentados nos balanços orçamentários nas páginas 56 e 57 deste trabalho, os entes A, B e C, encontram-se em diminuição da dívida, pois não apresentaram valores nas operações de créditos, indicando que não adquiriram empréstimos ou financiamentos nos últimos anos e há ocorrência da diminuição da amortização da dívida, situação desejável, o que significa um resultado positivo.

TABELA 4 - Análise do resultado orçamentário.

ENTES	2016	2017	2018
RECEITAS ARRECADADAS			
A	13.102.167,52	13.352.465,44	14.135.546,61
B	16.241.416,36	14.138.222,81	15.505.881,28
C	14.556.614,70	14.917.043,76	16.345.894,01
DESPESAS EMPENHADAS			
A	12.626.562,05	12.750.616,04	13.046.097,01
B	13.310.799,08	15.251.872,63	14.472.367,11
C	15.610.725,17	14.474.387,52	15.028.603,11

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Ainda de acordo com a Lei de responsabilidade fiscal, deve-se manter um equilíbrio entre receitas e despesas enviando para análise, aprovação e liberação para execução, sendo que as despesas não poderão ultrapassar os limites fixados. Para garantir o cumprimento das metas, foi estabelecido pela LRF que, a cada dois meses, devem realizar a verificação do cumprimento das mesmas.

Conforme Lima Castro (2013), na análise do resultado orçamentário foi realizada a comparação das receitas arrecadadas (realizadas) com as despesas empenhadas para apurar o resultado, podendo-se observar que a **Prefeitura A**, obteve um resultado positivo para os anos de 2016 a 2018, pois as receitas arrecadadas são superiores às despesas empenhadas, ou seja, houve um superávit orçamentário.

Ainda de acordo com os autores acima, observa-se que a **Prefeitura B** também obteve um resultado positivo nos anos de 2016 e 2018, conforme dados apresentados na **Tabela 4**, com excesso de arrecadação de receitas. Mas, no ano de 2017, ocorreu um déficit

orçamentário, ou seja, a receita arrecadada apresenta um valor inferior ao da despesa empenhada.

Verificando os dados da **Prefeitura C**, pode-se observar que no ano de 2016 as receitas orçamentárias são menores que as despesas orçamentárias, portanto, ocorreu um déficit orçamentário. Já nos anos de 2017 e 2018 houve excesso de arrecadação, provocando um resultado positivo (Superávit) para o ente.

TABELA 5 - Análise do resultado da execução da receita.

ENTES	2016	2017	2018
RECEITA REALIZADA			
A	13.102.167,52	13.352.465,44	14.135.546,61
B	16.241.416,36	14.138.222,81	15.505.881,28
C	14.556.614,70	14.917.043,76	16.345.894,01
RECEITA PREVISTA			
A	15.240.000,00	16.450.000,00	16.900.000,00
B	22.008.281,35	23.661.103,28	25.246.397,20
C	20.927.000,00	21.053.000,00	23.676.012,00

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

De acordo com Lima e Diniz (2016), a análise da execução da receita é efetuada comparando a receita prevista com a realizada. Portanto, analisando as receitas das Prefeituras **A, B e C**, verifica-se que houve ineficiência de arrecadação de receitas para os entes nos três anos analisados, pois o valor das receitas realizadas está muito abaixo do previsto.

TABELA 6 - Análise do resultado da execução da despesa. **(Continua)**

ENTES	2016	2017	2018
DESPESAS EMPENHADAS			
A	12.626.562,05	12.750.616,04	13.046.097,01
B	13.310.799,08	15.251.872,63	14.472.367,11
C	15.610.725,17	14.474.387,52	15.028.603,11
DOTAÇÃO ATUALIZADA			
A	15.240.000,00	16.450.000,00	16.900.000,00
B	22.008.281,50	23.361.103,28	25.146.397,20

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

TABELA 6 - Análise do resultado da execução da despesa.**(Continuação)**

C	21.170.750,00	21.096.435,95	22.750.725,40
----------	---------------	---------------	---------------

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Já na análise do resultado da execução da despesa, de acordo com Mota (2012), as despesas empenhadas não podem ultrapassar o valor da dotação atualizada. Analisando as despesas, observa-se que houve economia de gastos, pois os entes gastaram menos que o previsto para o exercício, cumprindo então as metas estabelecidas pela lei. Esse resultado indica que os entes conseguiram suprir suas necessidades mesmo com a economia de gastos.

TABELA 7 - Quocientes de análises do balanço orçamentário.

QUOCIENTES	2016	2017	2018
PREFEITURA A			
Execução receita (QER)	0,86	0,81	0,84
Execução da despesa (QED)	0,83	0,78	0,77
Equilíbrio orçamentário (QEO)	1,00	1,00	1,00
Resultado orçamentário (QRO)	1,04	1,05	1,08
PREFEITURA B			
Execução receita (QER)	0,74	0,60	0,61
Execução da despesa (QED)	0,60	0,65	0,58
Equilíbrio orçamentário (QEO)	1,00	0,99	1,00
Resultado orçamentário (QRO)	1,22	0,93	1,07
PREFEITURA C			
Execução receita (QER)	0,70	0,71	0,69
Execução da despesa (QED)	0,74	0,69	0,66
Equilíbrio orçamentário (QEO)	1,01	1,00	0,96
Resultado orçamentário (QRO)	0,93	1,03	1,09

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Assim, conforme exposto na Lei de responsabilidade fiscal, a receita e a despesa pública têm como requisitos essenciais a responsabilidade da gestão fiscal, ou seja, o governante deverá estipular um valor de meta de receitas e despesas para um determinado período, não podendo ultrapassar os limites expostos. Portanto, as análises através dos índices contábeis, demonstram se o ente está seguindo a lei, como é explicado a seguir.

Para as análises através dos quocientes, conforme Kohama (2015), espera-se que o

resultado seja igual ou maior que 1 para a Execução da receita, Equilíbrio orçamentário e Resultado orçamentário. Já para a Execução da despesa, o resultado deverá apresentar-se menor ou igual a 1 para ser considerado um resultado normal.

Realizando a análise da execução da receita, percebe-se que esse quociente apresentou valores menores que 1 desde o ano de 2016 a 2018 para os entes **A**, **B** e **C**. Esse resultado demonstra que as Prefeituras não conseguiram atingir o valor previsto.

Quociente da execução da despesa deverá apresentar o resultado menor que 1, porém deverá ser o mais próximo de 1. Portanto, analisando esse quociente, percebe-se que as Prefeituras apresentaram resultados menores que 1, ou seja, a despesa empenhada nos anos de 2016 a 2018 apresentam valores inferiores ao da dotação atualizada. Esse resultado indica o quanto da dotação deixou de ser utilizado como despesa empenhada, representando uma economia orçamentária para os períodos.

No quociente do equilíbrio orçamentário, a dotação atualizada deverá apresentar-se maior que a receita prevista inicial, no entanto na **Prefeitura A**, os resultados encontrados nos anos de 2016 a 2018 apresentam-se iguais a 1, demonstrando que não houve acréscimos relativos a créditos adicionais e que não há diferença entre a dotação e a receita. Esse resultado indica que houve equilíbrio orçamentário para o ente público nos três anos de estudos.

Na **Prefeitura B**, o resultado encontrado para os anos de 2016 e 2018 também são iguais a 1, indicando que não houve acréscimos de créditos adicionais abertos, pois a dotação atualizada é igual à receita prevista. Já o ano de 2017 apresentou resultado menor que 1, o que demonstra que a receita prevista inicial é superior à dotação atualizada. Esses resultados são considerados anormais, pois o valor da dotação atualizada deve ser maior que o valor da receita prevista inicial, referente ao montante dos créditos adicionais abertos.

A **Prefeitura C** apresentou no ano de 2016 resultado maior que 1, sendo esse resultado favorável para o ente, pois indica que a dotação atualizada é superior a receita prevista inicial. Esse resultado deve ser considerado normal, uma vez que demonstra diferença a maior da dotação atualizada representa o montante dos créditos adicionais abertos. Em 2017 o resultado encontrado está igual a 1. Assim, a dotação atualizada e a receita prevista inicial têm o mesmo valor, indicando que há equilíbrio orçamentário para o ente, já em 2018, o resultado encontrado está menor que 1, representando uma receita prevista inicial superior à dotação atualizada, ou seja, a Lei de Orçamento para este ano foi aprovada com um *superávit* orçamentário.

Quanto ao quociente do resultado orçamentário, deverá demonstrar o quanto das

receitas realizadas foi utilizado para pagamento das despesas empenhadas. O resultado deverá ser igual a 1 ou maior que 1, para ser um resultado positivo. Portanto, analisando a **Prefeitura A**, observa-se que no ano de 2016 o resultado apresentado foi de 1,04, em 2017 1,05 e em 2018 1,08, demonstrando que ocorreu um superávit orçamentário para os três anos analisados. Na **Prefeitura B**, no ano de 2016, o resultado foi de 1,22, e em 2018, o resultado encontrado foi de 1,07 o que representa um superávit orçamentário para os dois anos. Em 2017 seu resultado foi de 0,93, um resultado negativo, indica que houve um déficit orçamentário, ou seja, as despesas empenhadas são maiores que as receitas arrecadadas. Já a Prefeitura C, apresentou um resultado negativo, gerando um déficit orçamentário para o ano de 2016, em 2017 apresentou o resultado de 1,03 e em 2018, 1,09, resultados positivos para o ente, indicando que ocorreu um superávit orçamentário nos dois anos analisados.

O próximo tópico retrata as análises do balanço financeiro, mais um demonstrativo contábil exigido pela legislação vigente para entes públicos.

4.2 Análise do balanço financeiro

O objetivo do balanço financeiro é demonstrar o fluxo do caixa das entidades. E para melhor visualização desse demonstrativo, o mesmo foi adaptado contendo somente os grupos de contas orçamentárias e extraorçamentárias. O demonstrativo completo poderá ser visualizado nos anexos deste trabalho.

TABELA 8 - Balanço financeiro das Prefeituras A, B e C.

(Continua)

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018
PREFEITURA A			
Receita orçamentária	13.102.167,52	13.352.465,44	14.135.546,61
Receita extraorçamentária	2.003.471,25	2.410.571,39	1.721.013,68
Despesa orçamentária	12.626.562,05	12.750.616,04	13.046.097,01
Despesa extraorçamentária	1.934.324,91	1.701.787,95	2.447.023,13
Saldo	544.751,81	1.310.632,84	363.440,15
PREFEITURA B			
Receita orçamentária	16.241.416,36	14.138.222,81	15.505.881,28
Receita extraorçamentária	2.169.352,28	8.080.645,08	12.281.520,21
Despesa orçamentária	13.310.799,08	15.251.872,63	14.472.367,11

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

TABELA 8 - Balanço financeiro das Prefeituras A, B e C. (Continuação)

Despesa extraorçamentária	3.069.217,74	7.732.904,02	12.846.919,53
Saldo	2.030.751,82	-765.908,76	468.114,85
PREFEITURA C			
Receita orçamentária	14.556.614,70	14.917.043,76	16.345.894,01
Receita extraorçamentária	3.784.139,99	2.056.558,95	2.401.855,89
Despesa orçamentária	15.610.655,27	14.474.387,52	15.803.689,25
Despesa extraorçamentária	3.123.593,52	1.310.708,81	2.703.280,46
Saldo	-393.494,10	1.188.506,38	240.780,19

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Analisando as receitas e as despesas, nota-se que em 2016 foi apurado um Resultado financeiro do exercício (RFE) no valor de R\$ 544.751,81; para 2017, o resultado foi R\$ 1.310.632,84; e, para 2018, R\$ 363.440,15, referente às informações do balanço financeiro da **Prefeitura A**, demonstrando um resultado positivo para situação financeira líquida do ente nos anos de 2016 a 2018.

Para a **Prefeitura B** foi apurado um valor de R\$ 2.030.751,82 em 2016; já em 2017 o valor apurado foi de **R\$ -765.908,76**, sendo um resultado negativo. E, para 2018, foi apurado o valor de R\$ 468.114,85. Neste caso, observa-se que nos anos de 2016 e 2018 foram apurados resultados positivos, indicando uma situação financeira líquida positiva.

A **Prefeitura C**, em 2016, apurou o resultado financeiro de exercício no valor de **R\$ -393.494,10**, resultado negativo, indicando que as receitas do período foram inferiores às despesas. Já em 2017, foi apurado o valor de R\$ 1.188.506,38; e, para 2018, o valor de R\$ 240.780,19, indicando uma situação financeira líquida positiva.

TABELA 9 - Quocientes de análise do balanço financeiro das Prefeituras. (Continua)

QUOCIENTES	2016	2017	2018
PREFEITURA A			
Execução orçamentária	1,04	1,05	1,08
Financeiro real da execução orçamentária	1,12	1,18	1,13
Execução extraorçamentária	1,04	1,42	0,70
Resultado da execução financeira	1,11	1,21	1,06
PREFEITURA B			

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

TABELA 9 - Quocientes de análise do balanço financeiro das Prefeituras. **(Continuação)**

Execução orçamentária	1,22	0,93	1,07
Financeiro real da execução orçamentária	1,26	1,00	1,12
Execução extraorçamentária	0,71	1,04	0,96
Resultado da execução financeira	1,16	1,01	1,04
PREFEITURA C			
Execução orçamentária	0,93	1,03	1,03
Financeiro real da execução orçamentária	1,10	1,10	1,07
Execução extraorçamentária	1,21	1,57	0,89
Resultado da execução financeira	1,12	1,14	1,05

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O quociente da execução orçamentária, de acordo com Kohama (2015), deve representar o quanto de receita orçamentária foi utilizado para pagamento das despesas orçamentárias. Portanto, percebe-se que para a **Prefeitura A**, esse quociente apresentou resultados maior que 1, referentes aos anos de 2016 a 2018, demonstrando a ocorrência de superávit na execução e movimentação financeiro do ente.

Na **Prefeitura B**, os resultados encontrados nos anos de 2016 e 2018, apresentaram-se maior que 1, indicando que para cada 1 real de despesa há 1,22 de receita para o ano de 2016 e 1,07 de receita para o ano de 2018. No entanto, no ano de 2017 encontrou-se o resultado de 0,93 de receita relacionado às despesas, apresentando assim, a receita orçamentária realizada para esse exercício menor que as despesas, causando déficit orçamentário no período.

A **Prefeitura C**, também no ano de 2016, obteve um resultado menor que 1, ou seja, sua receita orçamentária realizada no período foi menor que a despesa orçamentária, provocando resultado negativo para o ente no ano. Porém, nos anos de 2017 e 2018, houve melhores resultados, pois a receita orçamentária realizada apresentou-se maior que 1 para os dois períodos. Portanto, observa-se que nos dois exercícios houve superávit financeiro na movimentação financeira e execução orçamentária.

Conforme Kohama (2015), o quociente financeiro real da execução orçamentária demonstra o quanto as receitas representam para as despesas pagas. As receitas orçamentárias das **Prefeituras A e C**, apresentaram resultados maiores que 1 para os anos de 2016 a 2018. Já a **Prefeitura B**, apresentou em 2016 e 2018 resultado maior que 1, provocando superávit orçamentário para os exercícios e, em 2017, apresentou resultado igual a 1, indicando que, para esse exercício, ocorreu equilíbrio orçamentário.

No quociente da execução extraorçamentária, a **Prefeitura A** apresentou em 2016, resultado de 1,04 e 1,42 em 2017, sendo um resultado indesejável, pois representa o aumento da dívida flutuante, o que também provocará o aumento do passivo circulante no balanço patrimonial do ente público. Já em 2018, esse quociente apresentou resultado de 0,70, o que reflete na diminuição da dívida flutuante e, conseqüentemente, a diminuição do passivo circulante. A **Prefeitura B** no ano de 2016 apresentou resultado de 0,71 que, de acordo com Kohama (2015), representa a diminuição da dívida flutuante e do passivo circulante, refletindo também na disponibilidade do ente. Em 2017, apresentou o resultado de 1,04, indicando o aumento da dívida flutuante, no entanto em 2018 o resultado encontrado foi de 0,96, isso significa que a dívida para esse exercício encontra-se em diminuição, por isso esse resultado pode ser considerado desejável. Para o ente **C** os resultados são preocupantes, pois em 2016 obteve-se 1,21 e 1,57 para o ano de 2017, tais resultados indicam que a dívida flutuante aumentou drasticamente, provando então o aumento do passivo circulante nos anos analisados. Em 2018, encontrou-se o resultado de 0,89, sendo um resultado positivo para o ente, visto que a dívida flutuante e o passivo circulante encontram-se em redução.

O quociente do resultado da execução financeira, conforme Kohama (2015), representa a soma dos recebimentos e dos pagamentos realizados no exercício. Ao realizar a análise desse quociente para os entes **A**, **B** e **C**, percebe-se que os resultados encontrados referentes aos anos de 2016 a 2018 apresentam-se maiores que 1. Tais resultados demonstram que as receitas orçamentárias realizadas foram maiores que as despesas orçamentárias, indicando a ocorrência de superávit financeiro para as entidades.

O próximo tópico evidencia a comparação dos demonstrativos orçamentário e financeiro dos entes A, B e C.

4.3 Análise comparativa dos municípios

Diante das informações apresentadas abaixo, tem-se a análise comparativa dos balanços orçamentários e financeiros das três prefeituras referentes aos anos de 2016 a 2018.

TABELA 10 - Análise comparativa do balanço orçamentário das Prefeituras A, B e C.
(Continua)

QUOCIENTES	PREFEITURA	PREFEITURA	PREFEITURA
------------	------------	------------	------------

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

TABELA 10 - Análise comparativa do balanço orçamentário das Prefeituras A, B e C.
(Continuação)

	A	B	C
		2016	
Execução da receita	0,86	0,74	0,70
Execução da despesa	0,83	0,60	0,74
Equilíbrio orçamentário	1,00	1,00	1,01
Resultado orçamentário	1,04	1,22	0,93
		2017	
Execução da receita	0,81	0,60	0,71
Execução da despesa	0,78	0,65	0,69
Equilíbrio orçamentário	1,00	0,99	1,00
Resultado orçamentário	1,05	0,93	1,03
		2018	
Execução da receita	0,84	0,61	0,69
Execução da despesa	0,77	0,58	0,66
Equilíbrio orçamentário	1,00	1,00	0,96
Resultado orçamentário	1,08	1,07	1,09

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Comparando as prefeituras A, B e C nos anos analisadas, percebe-se que não houve excesso de arrecadação, como demonstra o quociente da execução da receita, que apresenta índices inferiores a 1, o que indica, receita executada menor que a receita prevista. Porém, comparando esse quociente, a prefeitura A, demonstrou resultados mais próximos de 1, nos três anos analisados.

Já na execução da despesa, nota-se que nenhuma das prefeituras gastou mais do que foi fixado inicialmente nos períodos analisados. No entanto o comparativo demonstra para esse quociente, que a prefeitura A, apresentou resultados próximos de 1, ou seja, a despesa empenhada para esse município nos três anos, ficou mais próxima da dotação atualizada.

No quesito equilíbrio orçamentário, foram apresentados resultados iguais a 1 em A e B nos anos de 2016 e 2018 e em A e C no ano de 2017. Houve resultado de 0,99 para o ente B em 2017 e 0,96 para o ente C em 2018, indicando que a lei do orçamento foi aprovada com superávit. No entanto, a prefeitura A apresentou resultados iguais a 1, demonstrando que, para cada 1 real de despesa orçamentária, existe 1 real de receita. Portanto, esse resultado

demonstra que existiu equilíbrio orçamentário nos três períodos.

Quanto ao resultado orçamentário, a prefeitura B em 2017 e C em 2018, demonstrou um déficit orçamentário, observando que as receitas arrecadadas, nos períodos, apresentaram-se inferiores às despesas empenhadas, sendo este um resultado anormal, de acordo com Kohama (2015). Já a prefeitura A, identificou um superávit orçamentário para os três anos analisados, devido ao excesso de arrecadação em relação ao que foi empenhado.

Desta forma, pode-se afirmar que o ente A demonstrou melhor gestão dos recursos arrecadados e do que foi empenhado nos três exercícios analisados.

A **Tabela 11** evidencia os índices financeiros utilizados para a análise comparativa dos entes estudados, demonstrando qual apresentou gestão mais eficiente nos anos de 2016, 2017 e 2018.

TABELA 11 - Análise comparativa do balanço financeiro das Prefeituras A, B e C.

QUOCIENTES	PREFEITURA	PREFEITURA	PREFEITURA
	A	B	C
		2016	
Execução orçamentária	1,04	1,22	0,93
Financeiro real da exec. Orçamentária	1,12	1,26	1,10
Execução extraorçamentária	1,04	0,71	1,21
Resultado da execução financeira	1,11	1,16	1,12
		2017	
Execução orçamentária	1,05	0,93	1,03
Financeiro real da exec. Orçamentária	1,18	1,00	1,10
Execução extraorçamentária	1,42	1,04	1,57
Resultado da execução financeira	1,21	1,01	1,14
		2018	
Execução orçamentária	1,08	1,07	1,03
Financeiro real da exec. Orçamentária	1,13	1,12	1,07
Execução extraorçamentária	0,70	0,96	0,89
Resultado da execução financeira	1,06	1,04	1,05

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Realizando a análise comparativa através do índice de execução orçamentária no balanço financeiro das entidades governamentais estudadas, nota-se que a prefeitura A

apresentou resultados maiores que 1, ou seja, o ente A foi o único que manteve a média acima de 1 para os três anos.

No quesito financeiro real da execução orçamentária, verifica-se que as prefeituras A, B e C apresentaram resultados superiores a 1, indicando que houve a ocorrência de superávit na execução orçamentária e financeira para os três entes públicos, resultado devido à utilização do regime de caixa também para as despesas orçamentárias.

Já na execução extraorçamentária, conforme analisada anteriormente, esse quociente deve apresentar resultados próximos de 1, pois tem como função, demonstrar a redução ou o aumento da dívida flutuante. O ente B apresentou melhores resultados para os anos analisados, pois foi o único que obteve os resultados mais próximos de 1, indicando a redução da dívida flutuante. No entanto, tais resultados são considerados normais.

Sob a ótica da movimentação financeira, o quociente do resultado da execução financeira indica que houve superávit tanto nas prefeituras A, B quanto na C, portanto, não é possível dizer que há um ente melhor que o outro, pois ambos obtiveram resultados positivos.

4.4 Síntese dos resultados e discussão

No tópico acima, foram abordadas as análises dos demonstrativos orçamentários e financeiros das Prefeituras A, B e C e a verificação do cumprimento da Lei de responsabilidade fiscal desde seu planejamento até a execução.

Na análise do balanço orçamentário, verificou-se o cumprimento da regra de ouro nos três entes públicos, pois as operações de créditos não apresentaram valores nos anos de 2016 a 2018, demonstrando um resultado positivo.

A análise da capitalização/descapitalização, verifica se as receitas correntes supriram tanto as despesas correntes quanto às de capital. Para o ente A, observa-se que houve um superávit de receitas correntes nos três anos, demonstrando que as receitas foram capazes de suprir todas as despesas de capital do ente, ocorrendo então a capitalização. Já a Prefeitura B, apresentou nos anos de 2016 e 2018 um superávit corrente e de capital. Quando esse tipo de situação ocorre, não é possível avaliar a capitalização/descapitalização. Já em 2017 o resultado apresentado indica déficit corrente, o que gerou a descapitalização para o ente, pois as receitas correntes não foram suficientes para as despesas, sendo necessária a utilização das receitas de capital. Para a Prefeitura C, em 2016, ocorreu um déficit, gerando também sua descapitalização no ano. Já para os anos de 2017 e 2018 as receitas correntes apresentaram valores superiores, portanto estas receitas foram suficientes para cobrir as despesas da

entidade.

Na análise de endividamento, observa-se que os entes A, B e C não adquiriram empréstimos e financiamentos nos anos de 2016 a 2018, demonstrando que as contas das operações de créditos estão zeradas e as contas de amortização da dívida encontram-se em redução. Também foram realizadas as análises da execução da receita e da despesa, comparando as previstas com as realizadas.

Além disso, realizou-se ainda a apuração do resultado financeiro do exercício através do balanço financeiro, verificando a diferença entre os somatórios das receitas e das despesas.

Quanto à análise dos quocientes orçamentários e financeiros, foi analisada a evolução de cada ente individualmente, de acordo com os conceitos apresentados no referencial teórico e, posteriormente, foi realizada a análise comparativa, identificando qual das prefeituras obteve melhor gestão nos três anos estudados.

5 CONCLUSÃO

A contabilidade pública fornece aos profissionais e administradores do setor público, dados e informações importantes sobre a saúde econômica e financeira através dos demonstrativos contábeis.

Esses demonstrativos são os principais instrumentos utilizados pelos órgãos públicos e, a partir deles, o contador realiza as análises em busca de informações que apresentam a situação da entidade governamental.

Para essas análises, o contador realiza coleta e a interpretação dos dados, identificando problemas econômicos e financeiros, avaliando a evolução do ente público, levando ao gestor informações precisas para que o mesmo possa tomar decisões corretas.

O ente público faz uso do orçamento público, um instrumento de planejamento e arrecadação de receitas e programação das despesas a serem efetuadas pelo valor arrecadado.

Esta pesquisa teve, como objetivo geral, realizar as análises dos indicadores orçamentários e financeiros em três municípios da região Centro-Oeste de Minas Gerais, com portes parecidos de arrecadação nos períodos de 2016 a 2018, a fim de efetuar a comparação de melhor aplicação dos recursos arrecadados. Para responder ao objetivo proposto, foi realizada a pesquisa bibliográfica para contextualizar as análises dos indicadores e realizar a comparação de melhor aplicação dos recursos arrecadados pelos entes. Respondendo aos objetivos específicos, foi realizada a coleta dos balanços orçamentário e financeiro dos três municípios referentes aos anos de 2016, 2017 e 2018. Através dos balanços coletados, a pesquisadora verificou o cumprimento das metas impostas pela lei de responsabilidade fiscal e identificou, entre as três, que a prefeitura A apresentou melhores resultados na aplicação dos recursos arrecadados pelo ente.

Desta forma, a pesquisa apresentou a seguinte questão problema: Como a análise das demonstrações orçamentária e financeira pode contribuir para a avaliação econômica e financeira de três municípios da região Centro-Oeste de Minas Gerais?

Conclui-se que, através da análise dos demonstrativos orçamentário e financeiro, o gestor consegue avaliar e mensurar a situação econômica e financeira da entidade, observando se as receitas arrecadadas conseguiram suprir os gastos necessários fixados nos períodos analisados para a prestação de serviços, visando ao bem-estar da sociedade e levando em consideração as metas estipuladas pela lei de responsabilidade fiscal.

Também conclui-se que, ao realizar o estudo de caso, foi possível evidenciar que a prefeitura A em comparação com as prefeituras B e C, obteve melhores resultados nas

análises dos quocientes orçamentários, indicando que o ente conseguiu atingir melhor gestão durante os três anos estudados, mantendo o equilíbrio orçamentário e conseguindo suprir suas despesas com as receitas arrecadadas.

No quesito da situação financeira, pode-se observar que a prefeitura A, no que tange à execução orçamentária, foi o único ente que conseguiu manter durante os três anos, resultados superiores a 1. Para o quociente financeiro real da execução orçamentária, conforme analisado, os entes apresentaram bons resultados, pois verifica-se que ocorreu superávit orçamentário e financeiro. Porém, na execução extraorçamentária, o ente B se destacou apresentando resultados de 0,71 para 2016; 1,04 para 2017; e 0,96 para 2018, sendo os resultados mais próximos de 1, indicando que o ente não se utilizou das receitas extraorçamentárias para a realização dos pagamentos de 2016 a 2018. Já o quociente do resultado da execução financeira demonstrou que todos os entes apresentam superávit, mostrando que os gestores das prefeituras sabem controlar suas movimentações para exercerem uma boa administração.

Para o endividamento, as três prefeituras demonstraram que, durante o período não adquiriram empréstimos ou financiamentos e houve a redução da conta de amortização da dívida o que equivale à diminuição da dívida, demonstrando um resultado positivo para as prefeituras.

Como tema de um novo trabalho, sugere-se a realização de pesquisa que visa compreender os limites de gastos com saúde, educação e pessoal, relacionando um ente com outras prefeituras, demonstrando os resultados obtidos em comparativo de melhor gestão.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Marcus. **Lei de Responsabilidade Fiscal comentada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

ALMEIDA, Amador Paes de. **Manual das Sociedades Comerciais: Direito de empresa**. 20. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal: Métodos com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade Pública: da teoria à prática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes; BARRETTO, Pedro Humberto Teixeira. **O essencial da contabilidade pública**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ÁVILA, Carlos Alberto de; BÄCHTOLD, Ciro; VIEIRA, Sérgio de Jesus. **Noções de contabilidade pública**. 1. ed. Paraná: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2011.

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia Científica: ao alcance de todos**. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2013.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Sousa. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. 6. reimp. São Paulo: Pearson, 2007.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1. ed. 3. rev. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2013.

BRASIL. Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, Imprensa Nacional, 2000.

BRASIL. Lei n.º 9.755, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a criação de "homepage" na "Internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, Imprensa Nacional, 1998.

BRASIL. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, Imprensa Nacional, 2011.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 7. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2017.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 8. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2017.

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e Contabilidade Pública: teoria, prática e mais de 800 exercícios**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CASTRO, Domingos Poubel. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão: contabilidade, orçamento e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa**. São Paulo: Atlas, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n.º 1.128, de 25 de novembro de 2008**. Aprova a NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação: CFC, 2008. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/PublicacaoSetor_Publico.pdf>; Acesso em: 14 abr. 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DALCOMUNE, Márcio Ceccato. **Contabilidade pública: questões Cespe**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

FABRETTI, Láudio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. **Direito Tributário para os Cursos de Administração e Ciências Contábeis**. 7. ed. São Paulo: SP. Atlas, 2009.

FISCALIZANDO COM TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Minas Transparente <<https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/inicio>> Acesso em 20 de agosto de 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HADDAD, Rosaura Conceição; MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Pública**. Brasília: Capes, 2010.

HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. Disponível <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/corrego-danta/panorama>> Acesso em 17 de agosto de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. Disponível <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/leandro-ferreira/panorama>> Acesso em 17 de agosto de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. Disponível <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/medeiros/panorama>> Acesso em 17 de agosto de 2019.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LIMA, Diana Vaz de. **Orçamento, contabilidade e gestão no setor público**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbinson Gonçalves de. **Integrando União, Estados e Municípios**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbinson Gonçalves de. **Integrando União, Estados e Municípios**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LIMA, Severino Cesário de; DINIZ, Josediton Alves. **Contabilidade pública: análise**

financeira governamental. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINHO, Márcio de Rezende. **Lei 4.320/64 Comentada, em Esquemas**. 1. ed. Brasília: 2010.

MARTINS, Ives Gandra da; NASCIMENTO, Carlos Válder do. **Comentários a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016

MARQUES, Euvaldo. **Finanças Públicas: administração financeira e orçamentária**. 1. ed. São Paulo: Saraiva: 2015.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público Suplemento**. 1. ed. São Paulo: Cidade Gráfica, 2012.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica: Projetos de pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

PEREIRA, José Matias. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social**. Curitiba: Juruá, 2014.

PISCITELLI, Roberto Boccaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade Pública: uma abordagem da Administração Financeira Pública**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

QUINTANA, Alexandre Costa; MACHADO, Daiane Pias; QUARESMA, Jozi Cristiane da Costa; MENDES, Roselaine da Cruz. **Contabilidade Pública: de acordo com as novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade**

Fiscal. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração: guia para estágio, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. ed. 9. reimp. São Paulo: SP. Cortez, 2013.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. rev. atual. Florianópolis: LED/UFSC, 2005.

SILVA, José Antônio Felgueiras da. **Contabilidade pública.** 1. ed. São Paulo: Método, 2015.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Moacir da. **Lei de Responsabilidade Fiscal.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, Valmir Leôncio da. **Contabilidade Pública Para os Municípios.** 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e Governança na gestão pública.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSASB/IFAC/CFC).** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

YIN, Robert. K. **Estudos de Caso: planejamentos e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXOS

ANEXO A – Balanço orçamentário prefeitura A, exercício 2016.....	80
ANEXO B – Balanço orçamentário prefeitura A, exercício 2017.....	81
ANEXO C – Balanço orçamentário prefeitura A, exercício 2018.....	82
ANEXO D – Balanço financeiro prefeitura A, exercício 2016.....	83
ANEXO E – Balanço financeiro prefeitura A, exercício 2017.....	84
ANEXO F – Balanço financeiro prefeitura A, exercício 2018.....	85
ANEXO G – Balanço orçamentário prefeitura B, exercício 2016.....	86
ANEXO H – Balanço orçamentário prefeitura B, exercício 2017.....	87
ANEXO I – Balanço orçamentário prefeitura B, exercício 2018.....	88
ANEXO J – Balanço financeiro prefeitura B, exercício 2016.....	89
ANEXO K – Balanço financeiro prefeitura B, exercício 2017.....	90
ANEXO L – Balanço financeiro prefeitura B, exercício 2018.....	91
ANEXO M – Balanço orçamentário prefeitura C exercício 2016.....	92
ANEXO N – Balanço orçamentário prefeitura C exercício 2017.....	93
ANEXO O – Balanço orçamentário prefeitura C exercício 2018.....	94
ANEXO P – Balanço financeiro prefeitura C, exercício 2016.....	95
ANEXO Q – Balanço financeiro prefeitura C, exercício 2017.....	96
ANEXO R – Balanço financeiro prefeitura C, exercício 2018.....	97

ANEXO A – Balanço orçamentário prefeitura A, exercício 2016

Estado de Minas Gerais Balanço Orçamentário Período: 12/2016						
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo		
RECEITAS CORRENTES (I)	13.305.000,00	13.305.000,00	12.604.499,79	700.500,21		
Receita Tributária	449.500,00	449.500,00	635.187,44	185.687,44		
Receita de Contribuições	2.052.000,00	2.052.000,00	1.340.245,32	711.754,68		
Receita Patrimonial	419.500,00	419.500,00	692.824,96	273.324,96		
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Serviços	4.500,00	4.500,00	0,00	4.500,00		
Transferências Correntes	10.344.500,00	10.344.500,00	9.928.051,48	416.448,52		
Outras Receitas Correntes	35.000,00	35.000,00	8.190,59	26.809,41		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.935.000,00	1.935.000,00	497.667,73	1.437.332,27		
Operações de Crédito	600.000,00	600.000,00	0,00	600.000,00		
Alienação de Bens	38.000,00	38.000,00	39.950,00	1.950,00		
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Capital	1.297.000,00	1.297.000,00	457.717,73	839.282,27		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	15.240.000,00	15.240.000,00	13.102.167,52	2.137.832,48		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	15.240.000,00	15.240.000,00	13.102.167,52	2.137.832,48		
Déficit (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	15.240.000,00	15.240.000,00	13.102.167,52	2.137.832,48		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00		
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
DESPESAS CORRENTES (IX)	12.290.000,00	14.069.700,00	11.784.783,84	11.633.044,37	10.921.017,83	2.284.916,16
Pessoal e Encargos Sociais	7.246.000,00	10.078.800,00	9.140.074,07	9.034.085,60	8.389.757,40	938.725,93
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.044.000,00	3.990.900,00	2.644.709,77	2.598.958,77	2.531.260,43	1.346.190,23
DESPESAS DE CAPITAL (X)	2.734.000,00	968.300,00	841.778,21	788.152,51	788.152,51	126.521,79
Investimentos	2.244.000,00	712.500,00	609.305,91	555.680,21	555.680,21	103.194,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	490.000,00	255.800,00	232.472,30	232.472,30	232.472,30	23.327,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	16.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RESERVA DO RPPS (XII)	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	15.240.000,00	15.240.000,00	12.626.562,05	12.421.196,88	11.709.170,34	2.613.437,95

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV)= (XIII+ XIV)	15.240.000,00	15.240.000,00	12.626.562,05	12.421.196,88	11.709.170,34	2.613.437,95
Superávit (XVI)	0,00	0,00	475.605,47	680.970,64	1.392.997,18	475.605,47
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	15.240.000,00	15.240.000,00	13.102.167,52	13.102.167,52	13.102.167,52	2.137.832,48

ANEXO B – Balanço orçamentário prefeitura A, exercício 2017

Estado de Minas Gerais Balanço Orçamentário Período: 12/2017						
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo		
RECEITAS CORRENTES (I)	15.095.058,60	15.095.058,60	13.100.590,44	1.994.468,16		
Receita Tributária	609.500,00	609.500,00	608.275,36	1.224,64		
Receita de Contribuições	2.609.000,00	2.609.000,00	1.786.264,78	822.735,22		
Receita Patrimonial	474.500,00	474.500,00	574.778,27	100.278,27		
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Serviços	4.500,00	4.500,00	0,00	4.500,00		
Transferências Correntes	11.350.558,60	11.350.558,60	9.922.343,49	1.428.215,11		
Outras Receitas Correntes	47.000,00	47.000,00	208.928,54	161.928,54		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.354.941,40	1.354.941,40	251.875,00	1.103.066,40		
Operações de Crédito	200.000,00	200.000,00	0,00	200.000,00		
Alienação de Bens	40.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00		
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Capital	1.114.941,40	1.114.941,40	251.875,00	863.066,40		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	16.450.000,00	16.450.000,00	13.352.465,44	3.097.534,56		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	16.450.000,00	16.450.000,00	13.352.465,44	3.097.534,56		
Déficit (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	16.450.000,00	16.450.000,00	13.352.465,44	3.097.534,56		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00		
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
DESPESAS CORRENTES (IX)	14.653.500,00	14.824.670,37	11.521.600,30	11.426.894,35	10.683.875,77	3.303.070,07
Pessoal e Encargos	9.007.635,58	9.719.909,07	8.246.713,78	8.233.531,64	7.689.788,73	1.473.195,29

Sociais						
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.645.864,42	5.104.761,30	3.274.886,52	3.193.362,71	2.994.087,04	1.829.874,78
DESPESAS DE CAPITAL (X)	1.580.500,00	1.423.329,63	1.229.015,74	879.449,35	663.354,02	194.313,89
Investimentos	1.280.500,00	1.133.829,63	955.294,10	605.727,71	389.632,38	178.535,53
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	300.000,00	289.500,00	273.721,64	273.721,64	273.721,64	15.778,36
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	16.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RESERVA DO RPPS (XII)	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	16.450.000,00	16.450.000,00	12.750.616,04	12.306.343,70	11.347.229,79	3.699.383,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	16.450.000,00	16.450.000,00	12.750.616,04	12.306.343,70	11.347.229,79	3.699.383,96
Superávit (XVI)	0,00	0,00	601.849,40	1.046.121,74	2.005.235,65	601.849,40
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	16.450.000,00	16.450.000,00	13.352.465,44	13.352.465,44	13.352.465,44	3.097.534,56

ANEXO C – Balanço orçamentário prefeitura A, exercício 2018

Estado de Minas Gerais Balanço Orçamentário Período: 12/2018				
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
RECEITAS CORRENTES (I)	15.455.672,50	15.455.672,50	13.853.303,84	1.602.368,66
Receita Tributária	608.021,26	608.021,26	629.371,38	21.350,12
Receita de Contribuições	2.009.000,00	2.009.000,00	1.716.643,97	292.356,03
Receita Patrimonial	573.270,00	573.270,00	672.433,39	99.163,39
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	8.458,74	8.458,74	0,00	8.458,74
Transferências Correntes	11.580.922,50	11.580.922,50	10.818.594,09	762.328,41
Outras Receitas Correntes	676.000,00	676.000,00	16.261,01	659.738,99
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.444.327,50	1.444.327,50	282.242,77	1.162.084,73
Operações de Crédito	209.000,00	209.000,00	0,00	209.000,00
Alienação de Bens	41.800,00	41.800,00	45.505,00	3.705,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.193.527,50	1.193.527,50	236.737,77	956.789,73
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	16.900.000,00	16.900.000,00	14.135.546,61	2.764.453,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00

Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	16.900.000,00	16.900.000,00	14.135.546,61	14.135.546,61	2.764.453,39
Déficit (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	16.900.000,00	16.900.000,00	14.135.546,61	14.135.546,61	2.764.453,39
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
DESPEAS CORRENTES (IX)	13.302.014,54	15.419.504,54	12.264.478,95	12.120.375,91	11.808.295,19	3.155.025,59
Pessoal e Encargos Sociais	8.758.333,94	9.784.703,94	8.538.601,87	8.538.601,87	8.316.948,65	1.246.102,07
Juros e Encargos da Dívida	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.393.680,60	5.634.800,60	3.725.877,08	3.581.774,04	3.491.346,54	1.908.923,52
DESPEAS DE CAPITAL (X)	3.145.985,46	1.028.495,46	781.618,06	687.278,11	657.278,11	246.877,40
Investimentos	2.825.985,46	893.995,46	659.376,09	565.036,14	535.036,14	234.619,37
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	320.000,00	134.500,00	122.241,97	122.241,97	122.241,97	12.258,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RESERVA DO RPPS (XII)	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00
SUBTOTAL DAS DESPEAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	16.900.000,00	16.900.000,00	13.046.097,01	12.807.654,02	12.465.573,30	3.853.902,99
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	16.900.000,00	16.900.000,00	13.046.097,01	12.807.654,02	12.465.573,30	3.853.902,99
Superávit (XVI)	0,00	0,00	1.089.449,60	1.327.892,59	1.669.973,31	1.089.449,60
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	16.900.000,00	16.900.000,00	14.135.546,61	14.135.546,61	14.135.546,61	2.764.453,39

ANEXO D – Balanço financeiro prefeitura A, exercício 2016

Exercício: 2016					
Balanço Financeiro					
Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	13.102.167,52	10.977.421,52	Desp. Orçamentária (VI)	12.626.562,05	11.146.480,93
Recursos Ordinários	6.767.570,30	5.974.625,51	Recursos Ordinários	5.634.102,84	4.961.441,18

Recursos Vinculados	6.334.597,22	5.002.796,01	Recursos Vinculados	6.992.459,21	6.185.039,75
Recursos Vinculados à Educação	1.700.405,48	1.365.606,63	Recursos Vinculados à Educação	1.693.399,71	1.409.648,50
Recursos Vinculados à Saúde	2.367.068,12	1.917.279,68	Recursos Vinculados à Saúde	3.217.079,03	2.672.194,86
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	1.757.454,10	1.142.461,41	Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	1.183.620,42	906.167,69
Recursos Vinculados à Assistência Social	97.407,70	120.703,72	Recursos Vinculados à Assistência Social	287.395,23	160.910,50
Outras Destinações de Recursos	412.261,82	456.744,57	Outras Destinações de Recursos	610.964,82	1.036.118,20
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.069.374,61	1.053.513,34	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	1.070.860,63	1.054.891,25
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	1.069.374,61	1.053.513,34	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	1.070.860,63	1.054.891,25
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00	Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	2.003.471,25	2.203.316,60	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.934.324,91	1.937.459,32
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	205.365,17	577.553,79	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	343.152,31	83.884,45
Inscrição de Restos a Pagar Processados	712.026,54	667.141,23	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	476.829,50	797.974,49
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.077.779,29	951.700,06	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.105.197,65	1.047.919,02
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.300,25	6.921,52	Outros Pagamentos Extraorçamentários	9.145,45	7.681,36
Saldo do Exercício Anterior (IV)	3.453.761,37	3.358.341,41	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	3.997.027,16	3.453.761,37
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.453.761,37	3.358.341,41	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.997.027,16	3.453.761,37
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Total (V) = (I + II + III + IV)	19.628.774,75	17.592.592,87	Total (X) = (VI + VII + VIII + IX)	19.628.774,75	17.592.592,87

ANEXO E – Balanço financeiro prefeitura A, exercício 2017

Exercício: 2017					
Balanço Financeiro					
Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	13.352.465,44	13.102.167,52	Despesa Orçamentária (VI)	12.750.616,04	12.626.562,05
Recursos Ordinários	6.844.613,60	6.767.570,30	Recursos Ordinários	5.668.700,26	5.634.102,84
Recursos Vinculados	6.507.851,84	6.334.597,22	Recursos Vinculados	7.081.915,78	6.992.459,21
Recursos Vinculados à Educação	1.441.436,43	1.700.405,48	Recursos Vinculados à Educação	2.164.022,58	1.693.399,71
Recursos Vinculados à Saúde	2.166.362,75	2.367.068,12	Recursos Vinculados à Saúde	2.983.548,34	3.217.079,03
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	2.282.497,40	1.757.454,10	Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	1.258.455,38	1.183.620,42
Recursos Vinculados à	102.140,07	97.407,70	Recursos	226.938,31	287.395,23

Assistência Social			Vinculados à Assistência Social		
Outras Destinações de Recursos	515.415,19	412.261,82	Outras Destinações de Recursos	448.951,17	610.964,82
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.394.039,80	1.069.374,61	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	1.394.039,80	1.070.860,63
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	1.394.039,80	1.069.374,61	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	1.394.039,80	1.070.860,63
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00	Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	2.410.571,39	2.003.471,25	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.701.787,95	1.934.324,91
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	444.272,34	205.365,17	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	9.177,04	343.152,31
Inscrição de Restos a Pagar Processados	959.113,91	712.026,54	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	650.359,17	476.829,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	998.304,16	1.077.779,29	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.033.569,15	1.105.197,65
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.880,98	8.300,25	Outros Pagamentos Extraorçamentários	8.682,59	9.145,45
Saldo do Exercício Anterior (IV)	3.997.027,16	3.453.761,37	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	5.307.660,00	3.997.027,16
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.997.027,16	3.453.761,37	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.307.660,00	3.997.027,16
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Total (V) = (I + II + III + IV)	21.154.103,79	19.628.774,75	Total (X) = (VI + VII + VIII + IX)	21.154.103,79	19.628.774,75

ANEXO F – Balanço financeiro prefeitura A, exercício 2018

Exercício: 2018					
Balanço Financeiro					
Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	14.135.546,61	13.352.465,44	Despesa Orçamentária (VI)	13.046.097,01	12.750.616,04
Recursos Ordinários	6.126.784,84	6.844.613,60	Recursos Ordinários	6.056.562,99	5.668.700,26
Recursos Vinculados	8.008.761,77	6.507.851,84	Recursos Vinculados	6.989.534,02	7.081.915,78
Recursos Vinculados à Educação	2.127.378,41	1.441.436,43	Recursos Vinculados à Educação	1.880.743,61	2.164.022,58
Recursos Vinculados à Saúde	3.277.351,72	2.166.362,75	Recursos Vinculados à Saúde	3.073.728,86	2.983.548,34
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	2.108.765,55	2.282.497,40	Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	1.432.824,05	1.258.455,38
Recursos Vinculados à Assistência Social	177.408,58	102.140,07	Recursos Vinculados à Assistência Social	212.333,68	226.938,31

Outras Destinações de Recursos	317.857,51	515.415,19	Outras Destinações de Recursos	389.903,82	448.951,17
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.346.984,31	1.394.039,80	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	1.346.984,31	1.394.039,80
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	1.346.984,31	1.394.039,80	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	1.346.984,31	1.394.039,80
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00	Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	1.721.013,68	2.410.571,39	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	2.447.023,13	1.701.787,95
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	238.442,99	444.272,34	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	385.583,76	9.177,04
Inscrição de Restos a Pagar Processados	342.080,72	959.113,91	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	833.661,09	650.359,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.131.532,04	998.304,16	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.217.773,92	1.033.569,15
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.957,93	8.880,98	Outros Pagamentos Extraorçamentários	10.004,36	8.682,59
Saldo do Exercício Anterior (IV)	5.307.660,00	3.997.027,16	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	5.671.100,15	5.307.660,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.307.660,00	3.997.027,16	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.671.100,15	5.307.660,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Total (V) = (I + II + III + IV)	22.511.204,60	21.154.103,79	Total (X) = (VI + VII + VIII + IX)	22.511.204,60	21.154.103,79

ANEXO G – Balanço orçamentário prefeitura B, exercício 2016

Exercício: 2016				
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (A)	Previsão Atualizada (B)	Receitas Realizadas (C)	Saldo (D=C-B)
Receitas Correntes (I)	18.271.281,35	18.271.281,35	15.052.741,36	(3.218.539,99)
Receita Tributária	831.018,43	831.018,43	810.080,60	(20.937,83)
Receita de Contribuições	1.014.000,00	1.014.000,00	1.237.056,47	223.056,47
Receita Patrimonial	441.200,00	441.200,00	744.607,09	303.407,09
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	1,42	1,42	0,00	(1,42)
Receita de Serviços	3.503,00	3.503,00	9.138,43	5.635,43
Transferências Correntes	15.327.428,76	15.327.428,76	11.342.967,78	(3.984.460,98)
Outras Receitas Correntes	654.129,74	654.129,74	908.890,99	254.761,25
Receitas Capital (II)	3.737.000,00	3.737.000,00	1.188.675,00	(2.548.325,00)
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	100.000,00	100.000,00	50.550,00	(49.450,00)
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.637.000,00	3.637.000,00	1.138.125,00	(2.498.875,00)
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Receitas (IV) = (I + II + III)	22.008.281,35	22.008.281,35	16.241.416,36	(5.766.864,99)

Operações de crédito/Refinanciamento (V)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
Subtotal com Refinanciamento (VI) = (IV + V)	22.008.281,35	22.008.281,35	16.241.416,36	(5.766.864,99)		
Déficit (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total (VIII) = (VI + VII)	22.008.281,35	22.008.281,35	16.241.416,36	(5.766.864,99)		
Saldos de Exercícios Anteriores (utilizados para créditos adicionais)		0,00	0,00			
Superávit Financeiro		0,00	0,00			
Reabertura de créditos adicionais		0,00	0,00			
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (E)	Dotação Atualizada (F)	Despesas Empenhadas (G)	Despesas Liquidadas (H)	Despesas Pagas (I)	Saldo da Dotação (J) = (F - G)
Despesas Correntes (I)	16.558.500,00	17.054.239,78	12.396.687,84	12.200.248,31	12.118.882,53	4.657.551,94
Pessoal e Encargos Sociais	9.357.200,00	10.337.587,72	8.364.346,05	8.303.260,15	8.269.393,63	1.973.241,67
Juros e Encargos da Dívida	7.500,00	44.000,00	41.282,86	41.282,86	41.282,86	2.717,14
Outras Despesas Correntes	7.193.800,00	6.672.652,06	3.991.058,93	3.855.705,30	3.808.206,04	2.681.593,13
Despesas de Capital (II)	4.672.500,00	4.475.300,00	914.111,24	838.737,46	736.041,67	3.561.188,76
Investimentos	4.446.900,00	4.244.600,00	723.795,44	648.421,66	545.725,87	3.520.804,56
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	225.600,00	230.700,00	190.315,80	190.315,80	190.315,80	40.384,20
Reserva de Contingência (III)	377.281,35	78.741,57	0,00	0,00	0,00	78.741,57
Reserva do RPPS (IV)	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
Subtotal das Despesas (V) = (I + II + III + IV)	22.008.281,35	22.008.281,35	13.310.799,08	13.038.985,77	12.854.924,20	8.697.482,27
Amortização da Dívida / Refinanciamento (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (VII) = (V + VI)	22.008.281,35	22.008.281,35	13.310.799,08	13.038.985,77	12.854.924,20	8.697.482,27
Superávit (VIII)	0,00	0,00	2.930.617,28	0,00	0,00	(2.930.617,28)
Total (IX) = (VII + VIII)	22.008.281,35	22.008.281,35	16.241.416,36	13.038.985,77	12.854.924,20	5.766.864,99

ANEXO H – Balanço orçamentário prefeitura B, exercício 2017

Exercício: 2017				
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (A)	Previsão Atualizada (B)	Receitas Realizadas (C)	Saldo (D=C-B)
Receitas Correntes (I)	19.741.103,28	19.741.103,28	14.009.052,81	(5.732.050,47)

Receita Tributária	1.319.000,00	1.319.000,00	825.524,72	(493.475,28)		
Receita de Contribuições	1.042.000,00	1.042.000,00	869.299,52	(172.700,48)		
Receita Patrimonial	632.920,00	632.920,00	873.697,58	240.777,58		
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Serviços	3.500,00	3.500,00	30.227,44	26.727,44		
Transferências Correntes	15.893.421,57	15.893.421,57	11.305.486,08	(4.587.935,49)		
Outras Receitas Correntes	850.261,71	850.261,71	104.817,47	(745.444,24)		
Receitas Capital (II)	3.920.000,00	3.920.000,00	129.170,00	(3.790.830,00)		
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Bens	120.000,00	120.000,00	0,00	(120.000,00)		
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Capital	3.800.000,00	3.800.000,00	129.170,00	(3.670.830,00)		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00		
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	23.661.103,28	23.661.103,28	14.138.222,81	(9.522.880,47)		
Operações de crédito/Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)	23.661.103,28	23.661.103,28	14.138.222,81	(9.522.880,47)		
Déficit (VI)	0,00	0,00	1.293.676,39	1.293.676,39		
Total (VII) = (V + VI)	23.661.103,28	23.661.103,28	15.431.899,20	(8.229.204,08)		
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00			
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00				
Superávit Financeiro		0,00	0,00			
Reabertura de créditos adicionais		0,00	0,00			
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (E)	Dotação Atualizada (F)	Despesas Empenhadas (G)	Despesas Liquidadas (H)	Despesas Pagas (I)	Saldo da Dotação (J) = (F - G)
Despesas Correntes (I)	17.745.050,18	18.736.792,02	14.157.611,00	13.644.991,43	13.238.445,12	4.579.181,02
Pessoal e Encargos Sociais	10.570.620,00	11.550.579,41	9.545.920,83	9.175.673,33	8.946.808,68	2.004.658,58
Juros e Encargos da Dívida	27.800,00	23.100,00	6.896,55	6.896,55	6.896,55	16.203,45
Outras Despesas Correntes	7.146.630,18	7.163.112,61	4.604.793,62	4.462.421,55	4.284.739,89	2.558.318,99
Despesas de Capital (II)	5.023.820,00	4.624.078,16	1.094.261,63	1.000.165,54	935.591,80	3.529.816,53
Investimentos	4.747.710,00	4.348.878,16	942.715,71	848.619,62	784.045,88	3.406.162,45
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	276.110,00	275.200,00	151.545,92	151.545,92	151.545,92	123.654,08
Reserva de Contingência (III)	592.233,10	233,10	0,00	0,00	0,00	233,10
Subtotal das Despesas (IV) = (I + II + III)	23.361.103,28	23.361.103,28	15.251.872,63	14.645.156,97	14.174.036,92	8.109.230,65
Amortização da Dívida / Refinanciamento (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (VI) = (IV + V)	23.361.103,28	23.361.103,28	15.251.872,63	14.645.156,97	14.174.036,92	8.109.230,65
Superávit (VII)	0,00	0,00	180.026,57	14.174.036,92	7.929.204,08	(180.026,57)
Total (VIII) = (VI + VII)	23.361.103,28	23.361.103,28	15.431.899,20	0,00	300.000,00	
Reserva do RPPS	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00		

ANEXO I – Balanço orçamentário prefeitura B, exercício 2018

Exercício: 2018						
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (A)	Previsão Atualizada (B)	Receitas Realizadas (C)	Saldo (D=C-B)		
Receitas Correntes (I)	21.195.382,57	21.195.382,57	14.972.327,88	(6.223.054,69)		
Receita Tributária	1.403.259,07	1.403.259,07	1.243.523,98	(159.735,09)		
Receita de Contribuições	1.136.000,00	1.136.000,00	1.262.283,79	126.283,79		
Receita Patrimonial	563.714,84	563.714,84	550.720,00	(12.994,84)		
Receita Agropecuária	0,00	0,00	25.559,39	25.559,39		
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Serviços	3.150,00	3.150,00	7.773,24	4.623,24		
Transferências Correntes	17.474.693,66	17.474.693,66	11.560.189,44	(5.914.504,22)		
Outras Receitas Correntes	614.565,00	614.565,00	322.278,04	(292.286,96)		
Receitas Capital (II)	4.051.014,63	4.051.014,63	533.553,40	(3.517.461,23)		
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Bens	126.000,00	126.000,00	0,00	(126.000,00)		
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Capital	3.925.014,63	3.925.014,63	533.553,40	(3.391.461,23)		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00		
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	25.246.397,20	25.246.397,20	15.505.881,28	(9.740.515,92)		
Operações de crédito/Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)	25.246.397,20	25.246.397,20	15.505.881,28	(9.740.515,92)		
Déficit (VI)	0,00	0,00	898.344,64	898.344,64		
Total (VII) = (V + VI)	25.246.397,20	25.246.397,20	16.404.225,92	(8.842.171,28)		
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00			
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00				
Superávit Financeiro		0,00	0,00			
Reabertura de créditos adicionais		0,00	0,00			
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (E)	Dotação Atualizada (F)	Despesas Empenhadas (G)	Despesas Liquidadas (H)	Despesas Pagas (I)	Saldo da Dotação (J) = (F - G)
Despesas Correntes (I)	19.502.581,81	20.536.681,81	14.113.121,96	13.837.833,49	13.538.651,81	6.423.559,85
Pessoal e Encargos Sociais	11.850.932,80	12.634.982,80	9.471.417,91	9.471.417,91	9.257.343,11	3.163.564,89
Juros e Encargos da Dívida	29.190,00	32.690,00	19.177,03	19.177,03	17.901,33	13.512,97
Outras Despesas Correntes	7.622.459,01	7.869.009,01	4.622.527,02	4.347.238,55	4.263.407,37	3.246.481,99
Despesas de Capital (II)	5.046.356,00	4.372.256,00	359.245,15	286.003,15	282.513,40	4.013.010,85
Investimentos	4.789.940,50	4.127.840,50	225.568,54	152.326,54	151.555,05	3.902.271,96
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	256.415,50	244.415,50	133.676,61	133.676,61	130.958,35	110.738,89
Reserva de Contingência (III)	597.459,39	237.459,39	0,00	0,00	0,00	237.459,39
Subtotal das Despesas (IV) = (I + II + III)	25.146.397,20	25.146.397,20	14.472.367,11	14.123.836,64	13.821.165,21	10.674.030,09
Amortização da Dívida / Refinanciamento (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (VI) = (IV+ V)	25.146.397,20	25.146.397,20	14.472.367,11	14.123.836,64	13.821.165,21	10.674.030,09
Superávit (VII)	0,00	0,00	1.931.858,81	0,00	0,00	(1.931.858,81)

Total (VIII) = (VI + VII)	25.146.397,20	25.146.397,20	16.404.225,92	14.123.836,64	13.821.165,21	8.742.171,28
Reserva do RPPS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00

ANEXO J – Balanço financeiro prefeitura B, exercício 2016

Exercício: 2016					
Balanço Financeiro					
Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	16.241.416,36	13.399.544,44	Despesa Orçamentária (VI)	13.310.799,08	13.373.615,29
Recursos Ordinários	6.656.122,13	4.931.065,00	Recursos Ordinários	5.759.983,77	5.333.211,44
Recursos Vinculados	9.585.294,23	8.468.479,44	Recursos Vinculados	7.550.815,31	8.040.403,85
Recursos Vinculados à Educação	2.674.513,38	2.558.590,26	Recursos Vinculados à Educação	2.604.180,85	2.445.564,76
Recursos Vinculados à Saúde	3.738.924,09	2.795.917,29	Recursos Vinculados à Saúde	2.884.686,42	2.870.174,20
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	1.560.129,20	1.019.184,15	Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	1.066.494,93	828.560,47
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	1.611.727,56	2.094.787,74	Outras Destinações de Recursos	995.453,11	1.896.104,42
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.821.379,46	1.570.261,65	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	1.791.151,55	1.570.261,55
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	687.002,04	683.599,12	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	687.002,04	683.599,12
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	1.134.377,42	886.662,53	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	1.104.149,51	886.662,43
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00	Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	2.169.352,28	3.584.980,98	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	3.069.217,74	3.319.501,65
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	264.997,31	1.225.165,84	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	460.629,28	1.028.110,03
Inscrição de Restos a Pagar Processados	190.877,57	797.586,41	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	737.349,62	796.857,29
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.713.477,40	1.562.228,73	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.871.238,84	1.494.534,33
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	5.002.058,63	4.710.650,05	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	7.063.038,36	5.002.058,63
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.949.383,47	4.702.785,64	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.010.363,20	4.949.383,47
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	52.675,16	7.864,41	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	52.675,16	52.675,16
Total (V) = (I + II + III + IV)	25.234.206,73	23.265.437,12	Total (X) = (VI + VII + VIII + IX)	25.234.206,73	23.265.437,12

ANEXO K – Balanço financeiro prefeitura B, exercício 2017

Exercício: 2017					
Balanço Financeiro					
Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	14.138.222,81	16.241.416,36	Despesa Orçamentária (VI)	15.251.872,63	13.310.799,08

Recursos Ordinários	6.520.094,34	6.656.122,13	Recursos Ordinários	6.883.202,86	5.759.983,77
Recursos Vinculados	7.618.128,47	9.585.294,23	Recursos Vinculados	8.368.669,77	7.550.815,31
Recursos Vinculados à Educação	2.464.751,45	2.674.513,38	Recursos Vinculados à Educação	2.767.507,38	2.604.180,85
Recursos Vinculados à Saúde	3.081.877,21	3.738.924,09	Recursos Vinculados à Saúde	3.230.079,24	2.884.686,42
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	1.255.049,83	1.560.129,20	Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	1.244.059,23	1.066.494,93
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	816.449,98	1.611.727,56	Outras Destinações de Recursos	1.127.023,92	995.453,11
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.820.999,92	1.821.379,46	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	1.821.000,02	1.791.151,55
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	889.521,83	687.002,04	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	889.521,83	687.002,04
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	931.478,09	1.134.377,42	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	931.478,19	1.104.149,51
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00	Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	8.080.645,08	2.169.352,28	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	7.732.904,02	3.069.217,74
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	239.336,26	264.997,31	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	392.292,65	460.629,28
Inscrição de Restos a Pagar Processados	838.499,45	190.877,57	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	161.141,32	737.349,62
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.854.980,93	1.713.477,40	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.785.093,19	1.871.238,84
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.147.828,44	0,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	5.394.376,86	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	2.256.390,75	5.002.058,63	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	1.490.481,89	7.063.038,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.203.944,03	4.949.383,47	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.338.858,22	7.010.363,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	52.446,72	52.675,16	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	151.623,67	52.675,16
Total (V) = (I + II + III + IV)	26.296.258,56	25.234.206,73	Total (X) = (VI + VII + VIII + IX)	26.296.258,56	25.234.206,73

ANEXO L – Balanço financeiro prefeitura B, exercício 2018

Exercício: 2018					
Balanço Financeiro					
Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior

Receita Orçamentária (I)	15.505.881,28	14.138.222,81	Despesa Orçamentária (VI)	14.472.367,11	15.251.872,63
Recursos Ordinários	6.716.260,29	6.520.094,34	Recursos Ordinários	6.238.708,94	6.883.202,86
Recursos Vinculados	8.789.620,99	7.618.128,47	Recursos Vinculados	8.233.658,17	8.368.669,77
Recursos Vinculados à Educação	2.756.754,17	2.464.751,45	Recursos Vinculados à Educação	2.912.923,61	2.767.507,38
Recursos Vinculados à Saúde	3.411.825,89	3.081.877,21	Recursos Vinculados à Saúde	3.240.399,07	3.230.079,24
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	1.861.086,04	1.255.049,83	Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	1.447.735,90	1.244.059,23
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	759.954,89	816.449,98	Outras Destinações de Recursos	632.599,59	1.127.023,92
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.634.758,06	1.820.999,92	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	1.953.456,10	1.821.000,02
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	953.918,05	889.521,83	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	953.918,05	889.521,83
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	680.840,01	931.478,09	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	999.538,05	931.478,19
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00	Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	12.281.520,21	8.080.645,08	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	12.846.919,53	7.732.904,02
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	348.530,47	239.336,26	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	283.580,61	392.292,65
Inscrição de Restos a Pagar Processados	302.671,43	838.499,45	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	542.029,78	161.141,32
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.000.475,28	1.854.980,93	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.951.625,35	1.785.093,19
Outros Recebimentos Extraorçamentários	9.629.843,03	5.147.828,44	Outros Pagamentos Extraorçamentários	10.069.683,79	5.394.376,86
Saldo do Exercício Anterior (IV)	1.490.481,89	2.256.390,75	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	1.639.898,70	1.490.481,89
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.338.858,22	2.203.944,03	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.343.551,11	1.338.858,22
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	151.623,67	52.446,72	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	296.347,59	151.623,67
Total (V) = (I + II + III + IV)	30.912.641,44	26.296.258,56	Total (X) = (VI + VII + VIII + IX)	30.912.641,44	26.296.258,56

ANEXO M – Balanço orçamentário prefeitura C exercício 2016

Exercício: 2016				
Demonstração Contábil: Consolidada				
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (A)	Previsão Atualizada (B)	Receitas Realizadas (C)	Saldo (D=C-B)
Receitas Correntes (I)	18.093.700,00	18.093.700,00	14.290.679,81	(3.803.020,19)
Receita Tributária	423.000,00	423.000,00	514.476,84	91.476,84
Receita de Contribuições	130.000,00	130.000,00	116.535,10	(13.464,90)
Receita Patrimonial	59.000,00	59.000,00	72.198,20	13.198,20
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	10.000,00	10.000,00	0,00	(10.000,00)
Transferências Correntes	16.719.700,00	16.719.700,00	13.568.249,51	(3.151.450,49)
Outras Receitas Correntes	752.000,00	752.000,00	19.220,16	(732.779,84)
Receitas Capital (II)	2.833.300,00	2.833.300,00	265.934,89	(2.567.365,11)
Operações de Crédito	500.000,00	500.000,00	0,00	(500.000,00)
Alienação de Bens	70.000,00	70.000,00	0,00	(70.000,00)
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.846.000,00	1.846.000,00	262.896,39	(1.583.103,61)

Outras Receitas de Capital	417.300,00	417.300,00	3.038,50	(414.261,50)		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Subtotal das Receitas (IV) = (I + II + III)	20.927.000,00	20.927.000,00	14.556.614,70	(6.370.385,30)		
Operações de crédito/Refinanciamento (V)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
Subtotal com Refinanciamento (VI) = (IV + V)	20.927.000,00	20.927.000,00	14.556.614,70	(6.370.385,30)		
Déficit (VII)	0,00	243.750,00	1.054.040,57	810.290,57		
Total (VIII) = (VI + VII)	20.927.000,00	21.170.750,00	15.610.655,27	(5.560.094,73)		
Saldos de Exercícios Anteriores (utilizados para créditos adicionais)		0,00	0,00			
Superávit Financeiro		0,00	0,00			
Reabertura de créditos adicionais		0,00	0,00			
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (E)	Dotação Atualizada (F)	Despesas Empenhadas (G)	Despesas Liquidadas (H)	Despesas Pagas (I)	Saldo da Dotação (J) = (F - G)
Despesas Correntes (I)	17.539.000,00	18.924.087,64	14.854.178,62	13.886.104,11	12.618.915,69	4.069.909,02
Pessoal e Encargos Sociais	8.756.000,00	9.901.607,09	8.491.630,49	8.056.247,40	7.096.281,70	1.409.976,60
Juros e Encargos da Dívida	60.000,00	98.806,15	98.806,15	98.806,15	59.404,78	0,00
Outras Despesas Correntes	8.723.000,00	8.923.674,40	6.263.741,98	5.731.050,56	5.463.229,21	2.659.932,42
Despesas de Capital (II)	3.181.000,00	2.246.662,26	756.476,65	756.476,65	668.644,31	1.490.185,61
Investimentos	2.831.000,00	1.657.917,86	185.341,04	185.341,04	171.816,98	1.472.576,82
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	350.000,00	588.744,40	571.135,61	571.135,61	496.827,33	17.608,79
Reserva de Contingência (III)	207.000,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,10
Reserva do RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Despesas (V) = (I + II + III + IV)	20.927.000,00	21.170.750,00	15.610.655,27	14.642.580,76	13.287.560,00	5.560.094,73
Amortização da Dívida / Refinanciamento (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (VII) = (V + VI)	20.927.000,00	21.170.750,00	15.610.655,27	14.642.580,76	13.287.560,00	5.560.094,73
Superávit (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (IX) = (VII + VIII)	20.927.000,00	21.170.750,00	15.610.655,27	14.642.580,76	13.287.560,00	5.560.094,73

ANEXO N – Balanço orçamentário prefeitura C, exercício 2017

Exercício: 2017				
Demonstração Contábil: Consolidada				
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (A)	Previsão Atualizada (B)	Receitas Realizadas (C)	Saldo (D=C-B)
Receitas Correntes (I)	18.219.700,00	18.263.135,95	14.773.906,26	(3.489.229,69)
Receita Tributária	423.000,00	423.000,00	450.102,56	27.102,56
Receita de Contribuições	130.000,00	130.000,00	118.202,54	(11.797,46)
Receita Patrimonial	60.000,00	60.000,00	131.766,55	71.766,55
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	10.000,00	10.000,00	0,00	(10.000,00)
Transferências Correntes	16.844.700,00	16.888.135,95	14.022.292,83	(2.865.843,12)
Outras Receitas Correntes	752.000,00	752.000,00	51.541,78	(700.458,22)
Receitas Capital (II)	2.833.300,00	2.833.300,00	143.137,50	(2.690.162,50)
Operações de Crédito	500.000,00	500.000,00	0,00	(500.000,00)
Alienação de Bens	70.000,00	70.000,00	300,00	(69.700,00)

Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (VI) = (IV+ V)	23.676.012,00	23.762.725,40	15.803.689,25	15.342.475,01	15.213.455,90	7.959.036,15
Superávit (VII)	0,00	0,00	1.317.290,90	0,00	0,00	(1.317.290,90)
Total (VIII) = (VI + VII)	23.676.012,00	23.762.725,40	17.120.980,15	15.342.475,01	15.213.455,90	6.641.745,25
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO P – Balanço financeiro prefeitura C, exercício 2016

Exercício: 2016					
Demonstração Contábil: Consolidada			Órgão: Município		
Balanço Financeiro					
Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	14.556.614,70	12.369.421,39	Despesa Orçamentária (VI)	15.610.655,27	14.160.602,54
Recursos Ordinários	7.997.579,27	6.821.767,51	Recursos Ordinários	7.000.886,52	6.687.013,78
Recursos Vinculados	6.559.035,43	5.547.653,88	Recursos Vinculados	8.609.768,75	7.473.588,76
Recursos Vinculados à Educação	3.207.580,91	2.705.108,84	Recursos Vinculados à Educação	4.218.378,74	3.994.519,70
Recursos Vinculados à Saúde	2.828.153,55	2.217.469,79	Recursos Vinculados à Saúde	3.392.946,68	3.216.346,35
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00	Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	523.300,97	625.075,25	Outras Destinações de Recursos	998.443,33	262.722,71
Transferências Financeiras Recebidas (II)	676.550,52	679.270,04	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	676.550,52	703.156,31
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	660.000,00	679.270,04	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	676.550,52	703.156,31
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	16.550,52	0,00	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00	Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	3.784.139,99	4.386.045,65	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	3.123.593,52	2.593.915,31
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	968.074,51	460.709,39	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	430.680,24	568.051,05
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.355.020,76	2.499.878,96	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.667.581,95	984.232,89
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.461.044,72	1.425.457,30	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.025.331,33	1.022.052,03
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	19.579,34
Saldo do Exercício Anterior (IV)	1.118.131,60	1.141.068,68	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	724.637,50	1.118.131,60
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.075.912,05	1.076.086,05	Caixa e Equivalentes de Caixa	651.002,35	1.075.912,05
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	42.219,55	64.982,63	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	73.635,15	42.219,55

Total (V) = (I + II + III + IV)	20.135.436,81	18.575.805,76	Total (X) = (VI + VII + VIII + IX)	20.135.436,81	18.575.805,76
--	----------------------	----------------------	---	----------------------	----------------------

ANEXO Q – Balanço financeiro prefeitura C, exercício 2017

Exercício: 2017					
Demonstração Contábil: Consolidada			Órgão: Município		
Balanço Financeiro					
Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	14.917.043,76	14.556.614,70	Despesa Orçamentária (VI)	14.474.387,52	15.610.655,27
Recursos Ordinários	8.426.873,83	7.997.579,27	Recursos Ordinários	7.180.538,04	7.000.886,52
Recursos Vinculados	6.490.169,93	6.559.035,43	Recursos Vinculados	7.293.849,48	8.609.768,75
Recursos Vinculados à Educação	3.254.980,98	3.207.580,91	Recursos Vinculados à Educação	4.139.409,12	4.218.378,74
Recursos Vinculados à Saúde	2.563.621,16	2.828.153,55	Recursos Vinculados à Saúde	2.951.581,28	3.392.946,68
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00	Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	671.567,79	523.300,97	Outras Destinações de Recursos	202.859,08	998.443,33
Transferências Financeiras Recebidas (II)	904.877,88	676.550,52	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	904.458,00	676.550,52
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	904.458,00	660.000,00	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	904.458,00	676.550,52
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	419,88	16.550,52	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00	Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	2.056.558,95	3.784.139,99	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.310.708,81	3.123.593,52
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	612.735,16	968.074,51	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	2.744,90	430.680,24
Inscrição de Restos a Pagar Processados	298.340,17	1.355.020,76	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	160.851,96	1.667.581,95
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.145.483,62	1.461.044,72	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.147.111,95	1.025.331,33
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	713.501,76	1.118.131,60	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	1.902.428,02	724.637,50
Caixa e Equivalentes de Caixa	639.866,61	1.075.912,05	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.711.851,72	651.002,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	73.635,15	42.219,55	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	190.576,30	73.635,15
Total (V) = (I + II + III + IV)	18.591.982,35	20.135.436,81	Total (X) = (VI + VII + VIII + IX)	18.591.982,35	20.135.436,81

Exercício: 2018

Demonstração Contábil: Consolidada			Órgão: Município		
Balanco Financeiro					
Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	16.345.894,01	14.917.043,76	Despesa Orçamentária (VI)	15.803.689,25	14.474.387,52
Recursos Ordinários	8.302.960,63	8.426.873,83	Recursos Ordinários	6.734.403,34	7.180.538,04
Recursos Vinculados	8.042.933,38	6.490.169,93	Recursos Vinculados	9.069.285,91	7.293.849,48
Recursos Vinculados à Educação	3.695.995,68	3.254.980,98	Recursos Vinculados à Educação	4.627.383,13	4.139.409,12
Recursos Vinculados à Saúde	3.395.352,73	2.563.621,16	Recursos Vinculados à Saúde	3.444.983,29	2.951.581,28
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00	Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	951.584,97	671.567,79	Outras Destinações de Recursos	996.919,49	202.859,08
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.095.946,28	904.877,88	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	1.095.946,28	904.458,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	943.946,28	904.458,00	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	1.095.946,28	904.458,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	152.000,00	419,88	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00	Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	2.401.855,89	2.056.558,95	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	2.703.280,46	1.310.708,81
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	461.214,24	612.735,16	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	910.188,86	2.744,90
Inscrição de Restos a Pagar Processados	129.019,11	298.340,17	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	238.097,45	160.851,96
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.297.328,99	1.145.483,62	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.299.718,57	1.147.111,95
Outros Recebimentos Extraorçamentários	514.293,55	0,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	255.275,58	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	1.902.428,02	713.501,76	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	2.143.208,21	1.902.428,02
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.711.851,72	639.866,61	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.664.797,85	1.711.851,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	190.576,30	73.635,15	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	478.410,36	190.576,30
Total (V) = (I + II + III + IV)	21.746.124,20	18.591.982,35	Total (X) = (VI + VII + VIII + IX)	21.746.124,20	18.591.982,35

ANEXO R – Balanço financeiro prefeitura C, exercício 2018